

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Alana Mara Soares Pires

O PAPEL ESTRATÉGICO DAS UNIVERSIDADES NA  
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA

Belo Horizonte  
2015

Alana Mara Soares Pires

# O PAPEL ESTRATÉGICO DAS UNIVERSIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Federal  
de Minas Gerais, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Gestão  
Pública.

Orientador: Carlos Roberto Horta

Belo Horizonte  
2015

**Alana Mara Soares Pires**

**O PAPEL ESTRATÉGICO DAS UNIVERSIDADES NA  
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Federal  
de Minas Gerais, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Gestão  
Pública.

---

Profº. Carlos Roberto Horta – UFMG/DCP

---

Profº Eduardo Zauli – UFMG/DCP

Belo Horizonte  
2015

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos a toda a Equipe do NESTH, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade. Vocês fizeram parte da minha formação e que certamente continuarão presentes em minha vida.

Aos meus pais que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

O presente trabalho buscou demonstrar que os núcleos de pesquisa, como o NESTH, têm um papel importante na articulação do governo com a sociedade através dos programas de extensão universitária, tanto nas ações de pesquisa, avaliação e na implementação de políticas públicas. A escolha do Núcleo e da temática de Economia Solidária não foi aleatória, mas sim objetiva, dada a importância desta economia na inclusão social das populações de baixa renda e de sua pouca expectativa de inserção no atual mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Neste sentido, as ações de capacitação e formação promovidas pelo NESTH são de vital importância para a geração de trabalho e renda a essas populações.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Economia Solidária; Inclusão Social; Programa de Extensão Universitária.

## **ABSTRACT**

This study sought to demonstrate that the research centers, such as NESTH, have an important role in the government's link with society through the university extension programs, both in research activities, evaluation and implementation of public policies. The choice of Core and Solidarity Economy theme was not random, but rather objective, given the importance of this economy on the social inclusion of low-income populations and their low insertion expectation in today's labor market increasingly competitive. In this regard, training activities and training promoted by NESTH are vitally important for generating jobs and income to these populations.

**Keywords:** Public policies; Solidarity economy; Social inclusion; University Extension program.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Rede dos principais atores da Economia Solidária no Brasil</b>	<b>34</b>
<b>Figura 2 – Etapas do ciclo de políticas públicas</b>	<b>35</b>
<b>Figura 3 – Modelo Kingdon</b>	<b>39</b>
<b>Figura 4 – Principais ações do governo federal voltadas à educação de adultos</b>	<b>49</b>

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

<b>TABELA 1- Taxas de desemprego e informalidade no Brasil</b>	
<b>– 1992-2003 (em %)</b>	<b>22</b>
<b>Tabela 2 – Distribuição regional dos EES</b>	<b>24</b>
<b>GRÁFICO 1 – Distribuição dos Empreendimentos Econômicos</b>	
<b>Solidários por localização</b>	<b>23</b>
<b>GRÁFICO 2 – Distribuição dos EES por data de fundação</b>	<b>24</b>
<b>Gráfico 3 – Tipo de apoio / assessoria EES</b>	<b>37</b>
<b>Gráfico 4 – Organizações que prestam apoio às EES</b>	<b>38</b>
<b>Gráfico 5 – Empreendimentos incubados</b>	<b>64</b>



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito  
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário  
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário  
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social  
CECAE – Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e Atividades Especiais  
CIPAR – Centros Integrados da Pesca Artesanal  
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
CRQs – Comunidades remanescentes de quilombos  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
EAs – Escolas Agrotécnicas  
EcoSol – Economia Solidária  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional  
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
IADH – Instituto de assessoria para o desenvolvimento humano  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas  
IFETs – Instituições Federais de Ensino Tecnológico  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ITCPs – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
Mec – Ministério da Educação  
MinC – Ministério de Cultura  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NESTH – Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano  
PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul  
Planseq – Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional  
Planteq – Planos Territoriais de Qualificação  
PNQ – Qualificação Social e Profissional  
Ppa – Plano Plurianual  
PPDLES – Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária  
PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia  
Proesq – Projetos Especiais de Qualificação  
PROEXT – Programa de Extensão Universitária  
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária  
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade  
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial  
SESu – Secretaria de Educação Superior  
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária  
SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres  
SPPE – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego  
UFC – Universidade Federal do Estado do Ceará  
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFMG – Universidade Federal do Estado de Minas Gerais  
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UNEB – Universidade Estadual da Bahia  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	12
2.1 A mundialização do capital	12
2.1.1 <i>Características da mundialização do capital</i>	15
2.2 O sistema capitalista	16
2.3 Neoliberalismo	19
2.4 Conceitos de Economia Solidária	25
2.4.1 <i>Cooperativas de Industrias</i>	29
2.5 Institucionalização da Economia Solidária no Brasil	29
2.6 O papel das Universidades para a consolidação da economia solidária	38
2.6.1 <i>Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES</i>	43
2.6.2 <i>Educação de Jovens e Adultos (EJA)</i>	48
2.6.2.1 Projeto Piloto de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores Integrada à Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental	52
2.6.2.2 Projeto de Qualificação Profissional em Gestão de Economia Solidária e Cooperativismo com Elevação de Escolaridade	52
2.6.2.3 Programa Projovem Campo – Saberes da Terra	53
2.6.2.4 Parceria da SENAES/MTE com a SETEC/MEC	54
2.6.3 <i>Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano – NESTH</i>	54
2.6.4 <i>Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC</i>	59
2.7 O papel da extensão universitária no Brasil	64
2.7.1 <i>Programa de Extensão Universitária (PROEXT)</i>	65
<b>CONCLUSÃO</b>	68
<b>REFERÊNCIAS</b>	71

## 1 INTRODUÇÃO

A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadores de todos os estratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária explica que a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e proativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

A expressão Economia Solidária foi criada na França, no início de 1990, "fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas em Paris no Crida (*Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie*), sob a coordenação de Jean Louis Laville, visando a exatamente dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno da proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa"

Dessa forma, o desenvolvimento solidário é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

O presente trabalho tem como tema central o papel estratégico das Universidades na implementação de políticas de Economia Solidária. Tudo visando responder ao seguinte questionamento: O papel das Universidades tem se tornado relevante para a consolidação da Economia Solidária no Brasil? E ainda: Como estão sendo consolidadas as políticas de Economia Solidária pelas universidades ao longo do tempo?

Dessa forma, busca-se levantar o histórico desta implementação e o crescimento das linhas temáticas do Programa de Extensão Universitária – PROEXT na área de Economia Solidária. Além de verificar a consolidação destas políticas ao longo do tempo.

Busca-se, ainda, comentar o papel estratégico das Universidades na organização e consolidação da política de Economia Solidária, citando o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC e o Programa de Extensão Universitária – PROEXT como exemplos da atuação da Universidade na capilarização e consolidação da política pública de Economia Solidária.

Isto porque é sabido que as universidades são importantes para a consolidação da Economia Solidária por auxiliar os empreendimentos em construção. Assim, a partir de textos de Gaider acredita-se que a real relevância das Universidades para a consolidação da Economia Solidária baseia-se na estruturação ideológica escrita (na produção do conhecimento científico) em termos de Economia Solidária e não exatamente nas possíveis interações empreendimento/universidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Faz-se necessário, inicialmente, discorrer mesmo que brevemente sobre alguns fatores importantes que aconteceram no mundo e mais especificamente no Brasil, tais como a mundialização do capital; o sistema capitalista; o neoliberalismo e suas consequências, para que se possa de maneira clara, traçar o papel estratégico das Universidades na implementação de políticas de Economia Solidária para geração de trabalho e renda.

### 2.1 A mundialização do capital

A "mundialização do capital" é, antes de tudo, decorrente de determinações políticas. É essencial levar em consideração, ao mesmo tempo, o político e o econômico, para compreender a verdadeira natureza da mundialização do capital. Na verdade, uma acumulação predominantemente rentista, reflete mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho, assim como entre o capital e o Estado, em sua forma de Estado de Bem-Estar.

O marco histórico da "mundialização do capital" é a recessão de 1974 - 1975, o início desta "longa crise rastejante". A partir daí, o capital procurou, de todas as formas, romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder "civilizá-lo". O capital teve êxito, apesar de modo bastante desigual, conforme cada país.

A partir de uma perspectiva histórica, Immanuel Wallerstein trabalha com a noção de sistema mundial moderno, que é conceituado como a economia capitalista mundial (Wallerstein, 1987).

#### Também François Chesnais

Considera mais adequado denominar o fenômeno da globalização de mundialização do capital, pois ele representa o próprio regime de acumulação do capital, e explica: o conteúdo efetivo da globalização é dado não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industriais quanto financeiras (CHESNAIS, 1995, p. 4).

Desde a crise dos anos 1970, sob égide do capital financeiro, o capital vem rompendo crescentemente as amarras que lhe foram impostas no pós-guerra, as quais se manifestam em leis e regulamentações que passam a determinar, controlar as relações sociais.

O capital financeiro em sua busca incessante, desenfreada para acumulação e valorização do capital acirrou a rivalidade entre as nações imperialistas, implicando em duas guerras mundiais e crises capitalistas, cujo apogeu foi a Crise de 1929. Sob a égide do capital financeiro, as economias capitalistas trazem a guerra como componente e engrenagem de seu funcionamento (LARA; LUPATINI; TRISTÃO, 2009).

As “amarras” ao capital e o controle social sobre o capital do pós-guerra só foi possível frente à crescente ameaça “socialista” e ao risco que o próprio sistema capitalista passava. O período do pós-guerra apresentou forte crescimento econômico, acompanhado de conquistas sociais (sobretudo nos países desenvolvidos). Isso propiciou a miragem para alguns de que seria possível domesticar o capital.

Como expressão da crise dos anos 1970, tem-se o declínio da taxa de lucros nos principais países capitalistas, como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Japão. A queda da taxa de lucros em relação ao capital das sociedades não financeiras nos Estados Unidos foi de 14,1% entre 1961 – 1965 para 10,5% em 1973. Na Grã-Bretanha e Japão também se observou a mesma tendência de queda da taxa de lucros. A taxa de lucros com relação aos ativos líquidos das sociedades industriais e comerciais na Grã-Bretanha era de 13,0% em 1960 – 1964 e reduziu-se para 9,7% em 1970. A taxa de lucros com relação aos ativos brutos das empresas industriais, comerciais e financeiras no Japão era de 14,0% em 1967 e declinou para 10,9% em 1973. Para os três países, no cálculo da taxa de lucros, são eliminados os ganhos de reavaliação dos estoques, assim como se considerou a taxa antes dos impostos (MANDEL, 1990, p. 23-25).

O capital desde então, frente à queda da taxa de lucros, vem rompendo com as amarras das relações sociais estabelecidas no pós-guerra. Esse rompimento se deu com auxílio dos principais Estados capitalistas, os quais adotaram políticas de liberalização, desregulamentação e privatização a partir da “Era de Thatcher e de Reagan” (CHESNAIS, 1995).

Com esse movimento, porém, ressurgem os “problemas” que o mundo capitalista parecia ter eliminado no pós-guerra, tais como: desemprego em

massa, mas agora estrutural, miséria, precarização do trabalho (HOBBSAWM, 1995).

Esta fase específica do modo de produção capitalista, a mundialização do capital, deve ter sua gênese entendida como:

[...] resultado de dois movimentos conjuntos, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1996, p. 24)

Nesta fase de mundialização do capital, a “grande finança” está no centro das relações econômicas e sociais, como ensinam Lara; Lupatini e Tristão, (2009).

Outro importante componente desta fase de mundialização do capital é a indústria bélica, e o papel que sua atual configuração exerce. A guerra como “engrenagem interna” da produção e reprodução do capital, sob a égide do capital financeiro, já foi mostrada por autores críticos à “ordem burguesa”, como Rosa Luxemburgo e Michal Kalecki. A indústria bélica é funcional para resolver crises capitalistas de superprodução, assim como para assegurar fontes de matérias-primas e “espaço mundial” de acumulação de capital para os grandes grupos monopolistas. Ademais, esta indústria é *locus* privilegiado de desenvolvimentos científicos e tecnológicos, os quais, no entanto, serão aplicados em atividades manufatureiras/industriais apenas posteriormente. (LARA; LUPATINI E TRISTÃO, 2009, p. 73)

Segundo Chesnais (1995) os traços marcantes da macroeconomia do capitalismo mundial na década de 90 que caracterizam o novo regime de acumulação predominantemente financeira, denominado de mundialização do capital são:

1. Taxas de crescimento do PIB muito baixas, inclusive em países (como o Japão) que desempenharam tradicionalmente o papel de "locomotiva" junto ao resto da economia mundial.
2. Deflação rastejante.
3. Conjuntura mundial extremamente instável, marcada por constantes sobressaltos monetários e financeiros.
4. Alto nível de desemprego estrutural

5. Marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas
6. Concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da "Tríade" (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão).

### **2.1.1 Características da mundialização do capital**

A característica predominante do novo regime mundial de acumulação capitalista é ser rentista e parasitário, isto é, está, de modo crescente, subordinado às necessidades próprias das novas formas de centralização do capital-dinheiro, em particular os fundos mútuos de investimento (*mutual investments funds*) e os fundos de pensão (as características rentistas dizem respeito também ao capital produtivo).

Os mecanismos endógenos do capitalismo, em particular nos países centrais do sistema, tendem a ter por alvo menos a acumulação sob a forma de investimentos geradores de nova capacidade do que a salvação/manutenção das posições adquiridas (cuja posição financeira rentista constitui a expressão mais acabada) (CHESNAIS, 1995, p. 1)

O poder, se não a própria existência, desta massa capital-dinheiro é sustentado pelas instituições financeiras internacionais, tais como FMI e Banco Mundial, e pelos Estados mais poderosos do planeta a qualquer que seja o custo. (ALVES, 1999)

1. É constituída pelo poder crescente do capital-dinheiro altamente concentrado, ocorrida, principalmente entre o período de 1985 e 1995. Ao dizer capital-dinheiro, Chesnais salienta o capital industrial, mas principalmente o capital financeiro, ou seja, aquele capital que se valoriza conservando a forma-dinheiro. Atualmente, o mercado financeiro é mundializado e possui modalidades e instrumentos variados. A questão é como analisar a relação entre essa unidade diferenciada e hierárquica que é o Capital.
2. Observa-se mais o predomínio do investimento e da produção em relação a troca.



3. Acirra-se o processo de centralização financeira e de concentração industrial do capital, tanto no plano nacional quanto no plano internacional (por exemplo, os bancos e os grupos que mantêm fundos mútuos e fundos de pensão).
4. Ocorre uma maior interpenetração entre os capitais de vários países, assim como cria-se, mediante o investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições interfronteiras, de estruturas oligopolistas transnacionais num número crescente de ramos da indústria ou de serviços. (ALVES, 1999)

Uma das características estruturais da mundialização do capital é a nova ofensiva dele na produção. Pode-se ter como alguns indicadores:

1. Desemprego estrutural e precariedade como estigma do mundo do trabalho;
2. Precariedade e insegurança penetram o núcleo “integrado” da classe dos trabalhadores assalariados, atingindo os que ainda mantêm vínculo formal de emprego;
3. Fragmentação da classe trabalhadora. (CARVALHO, 2008, p. 15)

## 2.2 O sistema capitalista

O capitalismo é um modo de produção e organização da economia voltado para a acumulação de capital e riqueza. Os modos de produção acabam por modificar a sociedade como um todo, pois:

Representa a forma estruturante de cada sociedade, pela qual são providas as suas necessidades materiais, em um dado estágio do seu desenvolvimento. Em seu cerne, como elemento distintivo, comporta um mecanismo social específico de criação, controle e apropriação do excedente social gerado pelo trabalho, o que lhe atribui uma lógica e traços próprios, imanescentes à sua reprodução e ao padrão dinâmico de sua evolução histórica (SHANIN, 1980, p. 61 *apud* GAIGER, 2003a).

Para muitos o capitalismo financeiro é marcado pelo protagonismo exercido pela especulação financeira e pela bolsa de valores, que passou a ser uma espécie de “termômetro” sobre a economia de um país. Basicamente, essa fase do capitalismo estrutura-se com a formação do mercado de ações e a sua especulação em termos de valores, taxas, juros e outros. (PENA, 2015)

## Segundo Pena (2015)

Em algumas abordagens, diz-se que no capitalismo financeiro houve uma espécie de fusão entre capital bancário e capital industrial. Isso ocorreu porque as empresas passaram a ser divididas em ações negociadas com base em valores e calculadas a partir do potencial de lucratividade oferecido por tais empresas.

Alguns críticos alcunham esse período de capitalismo monopolista, pois uma de suas competências é a possibilidade de união (fusão, também chamada de truste) entre uma ou mais empresas, ou até mesmo a compra de uma pela outra através do investimento em ações. Nesse sentido, boa parte do mercado, em vez de ser gerida pela lei da livre concorrência, estaria condenada ao monopólio ou ao oligopólio, embora as grandes fusões do mercado atual não tenham extinguido a competição.

O principal efeito dessa dinâmica sobre o espaço geográfico foi a industrialização dos países emergentes, com uma consequente e acelerada urbanização ao longo do século XX, a exemplo do Brasil e dos chamados Tigres Asiáticos.

Se a revolução industrial atingiu seu apogeu no século XIX, no século seguinte se deparou com a primeira crise da acumulação do capital que teve seu início nos anos de 1970, enfatizando-se na década de 1990 com os processos de reestruturação produtiva e de ajustes estruturais. Pode-se dizer, que nas últimas décadas as relações sociais e de trabalho sofreram profundas modificações, principalmente no que diz respeito às privatizações, um dos motivos responsáveis pelo alargamento do desemprego, do contrato temporário e consequentemente do aumento da desigualdade e da exclusão social. Portanto, a transformação societária capitalista ampliou a complexidade das relações de trabalho estabelecida.

## Segundo Antunes (2000),

os novos padrões de organização e gerenciamento, oriundas das transformações no mundo do trabalho, teve a substituição dos padrões rígidos Taylorista/Fordista por padrões mais flexíveis como o Toyotismo, que propõe a flexibilização da produção, opera com estoque mínimo se adaptando a atender com rapidez às novas exigências do mercado, implicando na flexibilização e na eliminação dos direitos trabalhistas, pode-se afirmar que este padrão de produção toma força na década de 1990, se estabelece e consegue se manter.

Estas transformações não refletem apenas nas relações de trabalho, provocam modificações drásticas na vida cotidiana do trabalhador, como: nos direitos, na educação, no lazer e na vida privada, acentuando, cada vez mais, a concentração do capital para um número bastante reduzido e a pobreza se ampliando gerando em larga escala as contradições sociais. Sem dúvida, o trabalho precário e o desemprego estrutural associam-se à desestruturação das políticas sociais e mostram na atualidade uma realidade social dramática e perversa oriunda da histórica relação entre política social e processo de acumulação capitalista.

Frente a todo este processo de contradições das relações econômicas e sociais, o universo das relações de trabalho no capitalismo vem progressivamente adquirindo múltiplas processualidades, as quais também não são novas mais duráveis e persistentes que são a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontrato, 'terceirizado', que marca a sociedade dual no capitalismo [...] (ANTUNES, 2000, p.51).

O capitalismo modificou as estruturas organizacionais dos Estados onde foi adotado, de forma que o mercado passou a definir a organização e a dinâmica da sociedade. Nesta configuração social a relação de trabalho e trabalhador é remodelada, passando nas palavras de Gaider, a estar “fundado numa *relação social*, entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de posta em valor de sua capacidade de trabalho”.

Após a Segunda Guerra mundial o capitalismo teve seu momento mais generoso, no sentido de satisfazer as necessidades dos trabalhadores e empresários. O momento “virtuoso” do capitalismo foi possível pela situação política da época que permitiu um “processo de homogeneização da estrutura produtiva, do mercado de trabalho e do consumo” (MATTOSO, 1994).

Pela primeira vez em sua história, o capitalismo nos países avançados combinou, então, crescimento econômico e pleno emprego; mecanismos de mercado e políticas estruturais com ampliação e diversificação da intervenção estatal; economia internacional e administração da demanda agregada; descentralização das decisões capitalistas e contratação coletiva crescentemente centralizada; elevação da produtividade e distribuição de renda. (MATTOSO, 1994, p.14)

Mas este ciclo virtuoso do capitalismo durou apenas algumas décadas, o ideal do capitalismo de que o mercado se autorregularia não se concretizou. No

fim dos anos 70, uma crise econômica mundial rompeu com o padrão de desenvolvimento “virtuoso” do capitalismo.

Surgiram novas estratégias para gerar/aumentar os lucros do capital. A principal estratégia foi o desenvolvimento de tecnologias e o uso delas para tornar as empresas mais eficientes.

As novas tecnologias substituiriam, em muitos setores, o trabalhador, diminuindo a demanda por mão de obra. Buonfiglio e Dowling (2000) destacam que o principal problema das novas tecnologias para o trabalhador foi a “redução do contingente de trabalhadores necessários à produção”, acarretando o desemprego.

Estava acontecendo a Terceira Revolução Industrial, que segundo Mattoso (1994), afetou o mundo do trabalho, suas relações internas e a “socialidade de um mundo baseado no trabalho”.

O Brasil encontrava-se ainda vivendo um processo de industrialização e urbanização, que foi impulsionado pelo Estado brasileiro no período de Vargas e teve continuidade até o início da década de 80.

Nos anos 80 tem fim o processo de industrialização do Brasil e este se vê imerso em problemas econômicos (inflação, desemprego, entre outros) decorrentes da crise econômica mundial.

### **2.3 Neoliberalismo**

A partir do governo Fernando Collor, em 1990, foi dado início ao processo de introdução do modelo neoliberal no Brasil, facilitando o ingresso de capitais externos considerados indispensáveis devido à insuficiência da poupança interna para financiar os investimentos.

Para minimizar a intervenção do Estado no mercado começava, então, a vigorar a política econômica neoliberal. “Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas” (Batista *apud* Benini, *et al.*, 2011).

Anderson (1995, p. 11) observa que

A proposta neoliberal, desde o seu nascedouro, era manter o Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais(...). A

estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo.  
(ANDERSON, 1995, *apud* GENNARI, 2011, p. 21)

A política neoliberal foi inaugurada no Chile, no período do ditador Pinochet, entretanto, foi na Inglaterra de Margareth Thatcher que ganhou seus contornos mais definitivos e acabados, para depois transformar-se em paradigma dos organismos de regulação internacional como FMI e Banco Mundial. (GENNARI, 2011, p. 21)

O programa econômico do governo Thatcher, segundo Perry Anderson (1995, p. 11, *apud* GENNARI, 2011, p; 22) previa pelo menos a seguinte receita:

- a) contrair a emissão monetária;
- b) elevar as taxas de juros;
- c) diminuir os impostos sobre rendimentos altos;
- d) abolir os controles sobre fluxos financeiros;
- e) criar desemprego massivo;
- f) aplastar as greves;
- g) elaborar legislação antissocial;
- h) cortar gastos públicos; e finalmente
- i) praticar um amplo programa de privatização.

Segundo Gennari (2011, p. 22) na América Latina, o chamado ideário neoliberal encontrou sua mais acabada expressão e sistematização no encontro realizado em novembro de 1989 na capital dos Estados Unidos, que ficou conhecido como Consenso de Washington.

As principais diretrizes de política econômica que ali emergiram abrangiam, segundo Batista (1995, p. 27, *apud* GENNARI, 2011), as seguintes áreas:

- a. Disciplina fiscal;
- b. Priorização dos gastos públicos;
- c. Reforma tributária;
- d. Liberalização financeira;
- e. Regime cambial;
- f. Liberalização comercial;
- g. Investimento direto estrangeiro;

- h. Privatização;
- i. Desregulação das relações trabalhistas;
- j. Propriedade intelectual.

Os objetivos básicos das propostas do Consenso de Washington eram, “por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autorregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas” (BATISTA, 1995, p. 27, *apud* GENNARI, 2011, p. 22).

Segundo Gennari (2011, p. 27-28)

No Brasil, a ideologia neoliberal, em grande medida, funcionou como moldura da superestrutura ideológica de dominação, pois concretamente vivenciamos um processo bonapartista ou, na acepção de Florestan Fernandes (1981), uma autocracia burguesa institucionalizada, na medida em que o executivo, sob a equipe de Collor e FHC, governou através do expediente da edição de medidas provisórias que, via de regra, se tornaram permanentes por força de manobras políticas do executivo ou simplesmente porque não seria viável voltar atrás após ter sido posta em prática um conjunto de medidas, por exemplo, da abrangência e impacto social do Plano Real.

Esta nova política econômica buscava a reestruturação produtiva do país, mas levou ao crescimento do desemprego e da exclusão social.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil, que se intensificou após a abertura comercial de sua economia nos anos iniciais de 1990, aliado à nova orientação de atuação do Estado que diminuiu drasticamente seu poder de contratação de pessoal, resultaram em uma elevação crescente tanto no nível de desemprego quanto no grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro (MATTOSO, 1999 *apud* NAGEM; SILVA, 2011, p.16)

No entanto, conforme explicam Silva e Nagem (2011) as ações governamentais não foram capazes de refrear o avanço do desemprego e da informalidade ao longo dos anos 1990. A TAB. 1, ilustra esse fenômeno, ao evidenciar que o desemprego subiu de um patamar em torno de 7% em 1992 para 10,5% em 2003, aumentado 50% no período, enquanto que a informalidade cresceu de 40% para 46% da população ocupada no país, com pico de 47,2% em 2002.

TABELA 1

## Taxas de desemprego e informalidade no Brasil – 1992-2003 (em %)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
<b>Desemprego</b>	7,2	6,8	6,7	7,6	8,5	9,7	10,4	10,0	9,9	10,5
<b>Informalidade</b>	39,9	40,9	42,6	43,2	43,4	43,9	45,7	46,5	47,2	46,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE, *apud* (SILVA; NAGEM, 2011, p. 16)

Para amenizar as consequências das transformações causadas pela postura neoliberalista do Estado e minimizar o desemprego, gerar trabalho e renda, surgem políticas públicas compensatórias, pretendendo “superar os limites do emprego formal e enfrentar as múltiplas dimensões envolvidas na situação de exclusão de homens e mulheres.” (LEITE, 2003).

As políticas adotadas na segunda metade da década de noventa, por diversos setores governamentais buscavam a inclusão produtiva, amenizando os efeitos do neoliberalismo. Estas políticas, apesar de levarem ao contexto de “estancamento do grau de desigualdade na repartição da renda” (POCHMANN, 2010), não foram capazes de conter o avanço da exclusão social nem de refrear o avanço do desemprego e da informalidade ao longo dos anos 1990. Por este motivo foram surgindo meios alternativos de sobrevivência para além do sistema econômico vigente.

O movimento de economia solidária foi uma das alternativas de sobrevivência, “talvez a mais propalada entre as políticas de inclusão laboral, que o governo encontrou para reduzir o impacto destrutivo que as políticas monetaristas trouxeram para o trabalho da população.” (HORTA, 2001)

De acordo com Gaiger diferentes são as percepções e opiniões sobre a economia solidária. Nesse sentido aponta que:

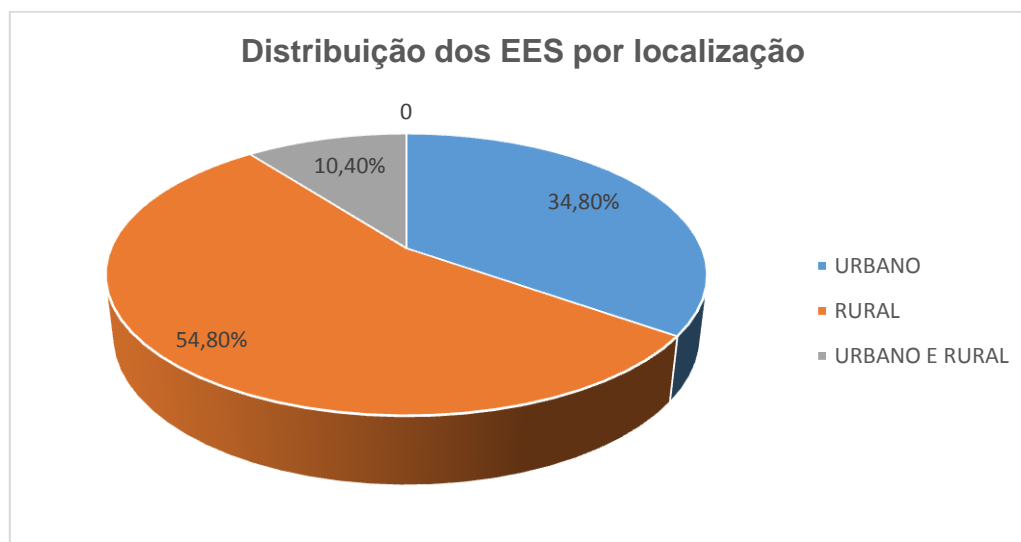
Vendo-a seja como um campo de trabalho institucional, seja um alvo de políticas públicas de contenção da pobreza, seja ainda uma nova frente de lutas de caráter estratégico, visões, conceitos e práticas cruzam-se intensamente, interpelando-se e buscando promover a economia solidária como uma *resposta* para os excluídos, como *base* de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como *saída* diante do aprofundamento das iniquidades, das políticas neoliberais, do próprio capitalismo. (GAIGER, 2003, p. 183)

Com isso, a questão do trabalho voltou ao centro das discussões do desenvolvimento brasileiro.

No entanto estudos a respeito, em diferentes contextos nacionais, indicam que tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência (GAIGER *et al.*, 1999).

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) identificou 19.708 empreendimentos organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, entre 2009 e 2013. A maior parte deles se encontra na região Nordeste, responsável por 40,8% do total. Pode-se dizer, também, que eles são relativamente recentes, já que cerca de dois terços desse total foram constituídos a partir do início da década de 2000. Em termos de localização dos EES nos municípios, mais da metade se encontra em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8% de EES urbanos e 10,4% que se identificaram tanto rurais quanto urbanos.

GRÁFICO 1 – Distribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários por localização



FONTE: IPEA, *apud* (SILVA, CARNEIRO, 2014, p. 71)



**Tabela 2**  
**Distribuição regional dos EES**

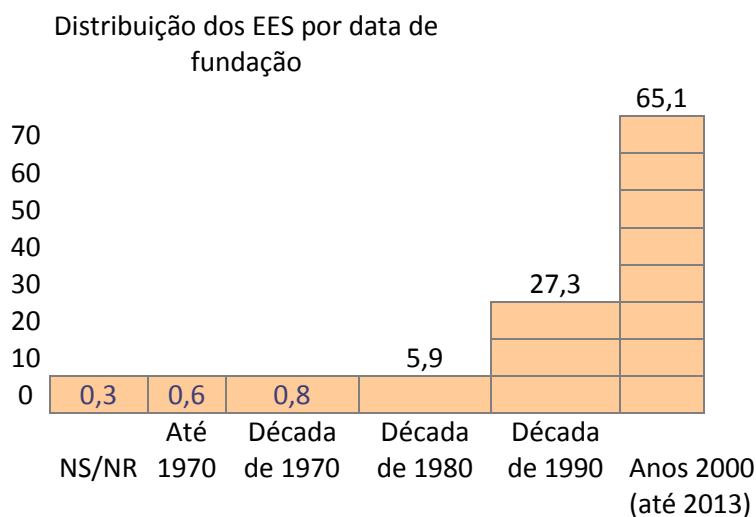
REGIÕES	TOTAL	%	%CUMULATIVA
NE	8.040	40,8	40,8
SU	3.292	16,7	57,5
SE	3.228	16,4	73,9
NO	3.127	15,9	89,7
CO	2.021	10,3	100,0
BRASIL	19.708	100,0	

Fonte: IPEA, *apud* (SILVA, CARNEIRO, 2014, p. 70)

Esses empreendimentos são caracterizados por uma forte heterogeneidade estrutural. As diferenças estruturais entre eles são das mais diversas ordens: econômica, social, cultural e territorial. Eles também são marcados por distintas motivações para sua constituição.

**GRÁFICO 2**

**Distribuição dos EES por data de fundação**



A partir do GRAF. 2 é possível verificar que a partir da década de 1990 a economia solidária no Brasil começa a emergir.

## 2.4 Conceitos de Economia Solidária

De certa forma, pode-se considerar a Economia Solidária como um movimento que se situa no contexto do trabalho associado, e também um movimento que promove, sobretudo, múltiplas combinações e possibilidades. É importante considerar que tal diversidade não é fortuita, mas sim resultado de reiteradas tentativas de desmercantilização do trabalho, por meio e dentro de novas relações de produção. Eis a essência de se buscar um tipo de organização econômica solidária baseada na autogestão. (BENINI, 2012, p.71)

Os primeiros passos à economia solidária foram dados na forma de cooperativas industriais tendo como base a Cooperativa de Consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale que estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação. Tais princípios são: adesão livre; administração democrática; retorno na proporção das compras; juros limitados ao capital; neutralidade política e religiosa; pagamento e dinheiro a vista e fomento de educação cooperativa. Desta forma, a economia solidária propõe abolir o capitalismo e a divisão de classes que lhe é inerente. (BENINI, 2012, p.71)

A economia solidária é atualmente concebida como uma economia de mercado, em que os cidadãos participam livremente, cooperando entre si e competindo entre si, de acordo com os seus interesses e com os contratos que celebram entre si. (BENINI, 2012)

A grande tarefa do desenvolvimento solidário é oferecer aos excluídos dos benefícios do desenvolvimento em sua forma capitalista, oportunidades de participar da produção social e da gratificação correspondente, em sua forma solidária. O desenvolvimento solidário disponibiliza desta maneira aos desempregados, camponeses sem terra, trabalhadores informais sub pagos, etc., forças produtivas para que possam se inserir à produção social em condições de igualdade de oportunidade com os detentores do capital. (SINGER, 2002, p. 14)

A Economia Solidária surge em contexto de crise econômica, como alternativa para sobrevivência de pessoas que perderam seus empregos/trabalho e têm que encontrar outros meios de sobrevivência. Isto porque o sistema capitalista impôs uma estagnação econômica às sociedades ditas periféricas.

É importante salientar que não existe qualquer tipo de unanimidade no que se refere ao surgimento da Economia Solidária. Para alguns, ele remete às experiências britânicas do início do século XIX, inspiradas por Richard Owen, nas quais sobressai a ideia da transformação social das relações de produção capitalistas e sua substituição pelos princípios socialistas de igualdade e solidariedade, baseados na ideia de autogestão e de controle operário sobre a produção (SINGER, 2000b).

Para outros (Laville, 2006; França Filho, 2006) trata-se de um fenômeno novo, que tem a ver com a crise da relação salarial que se abriu no último quartel do século passado e que, embora retome experiências do século XIX como as cooperativas e os empreendimentos autogestionários, adquire novos significados no atual contexto econômico e social.

Segundo Leite (2009) uma questão a ser tematizada consiste em lembrar que, sendo o contexto de expansão das experiências associativas o de crise generalizada (crise ambiental, de um modo de acumulação, do trabalho assalariado, de uma forma de estar no mundo), tais experiências carregam consigo as disjuntivas de risco e possibilidade, de velho e novo, emergindo, portanto, como portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e de limites (LEITE, 2009).

No que se refere ao passado, vale lembrar que essas experiências resgatam os princípios estabelecidos pela cooperativa de Rochdale, criada em Manchester, em 1844, tais como: vínculo aberto e voluntário; controle democrático por parte de seus membros (baseado no lema "um membro, um voto"); participação econômica dos membros (baseada, sobretudo, no direito à participação nas decisões sobre a distribuição de proveitos); autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações; compromisso em relação à educação de seus membros; cooperação entre cooperativas por meio de organizações locais, nacionais e mundiais; e contribuição para o desenvolvimento da sociedade em que está localizada (LEITE, 2009).

Para França Filho e Laville, (2004) a expressão Economia Solidária foi criada na França, no início de 1990, sob a coordenação de Jean Louis Laville, fruto, sobretudo, das pesquisas desenvolvidas em Paris no *Centre de Recherche et d'Information sur la Democratie et l'Autonomie* – Crida, visando dar conta da emergência e do desenvolvimento do fenômeno da proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas, as chamadas iniciativas locais na Europa.

Segundo o enfoque francês, o conceito de Economia Solidária apresenta-se como um conjunto de atividades econômicas sujeitas à vontade democrática em que a solidariedade prevalece em relação ao interesse individual e ao lucro. Esta perspectiva tenta preservar a filosofia nuclear do modelo social europeu, com iniciativa da sociedade civil, afirmando a democratização da economia, a partir da cidadania. Esta versão contribui para afirmar uma economia plural, ou melhor, tridimensional, afastando-se da dicotomia que regeu o século XX, entre “economia de mercado capitalista” e “economia de Estado socialista” (LAVILLE, 2009)

#### Para Paul Singer (2004)

A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual.

Lévesque, Malo e Girard (*apud* LECHAT, 2002) afirmam que “os empreendimentos de economia social surgem geralmente em cachos, sob o impulso de uma dinâmica socioeconômica fruto de uma grande crise econômica”.

Gaiger (2003a) explica que ao lado da ampla gama de experiências ditas de economia solidária, cotejam-se formulações conceituais hoje em boa medida convergentes, mas não mutuamente redutíveis. Para o autor os empreendimentos econômicos solidários hoje compreendem:

As organizações: a) coletivas (supra familiares, singulares e complexas), tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes, centrais, outras formas de organização coletivas; b) cujos participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. Estas formas organizativas se diferem das antigas formas de organização populares pelo seu espírito empresarial aliado aos princípios de solidarismo e cooperação econômica. São formas comunitárias de economia que ganham um caráter mais organizado. Esta “eficiência sistêmica” deriva em vantagens reais, uma vez que possibilita a qualidade de trabalho e

apropriação do trabalho. A economia solidária permite a coexistência no modo de produção capitalista e neste espaço atua também como crítica econômica e política. (GAIGER, 2003a)

Segundo Gaiger (2008) a economia solidária, sendo relacionada a iniciativas participativas e cooperativas, decorrentes da associação voluntária entre trabalhadores, consumidores e cidadãos engajados em questões de interesse comum, enfatiza a presença de condutas fundadas em relações de reciprocidade, orientadas precipuamente à preservação do vínculo social.

Paul Singer (2015) traz um melhor entendimento, dando a seguinte explicação:

[...] Milhões de postos de trabalho assalariado regular foram transformados em postos de trabalho autônomo, individual, familiar ou coletivo. Em qualquer uma destas modalidades, o custo da força de trabalho cai acentuadamente, pois nelas não é mais necessário respeitar o salário mínimo, a jornada legal de trabalho, o descanso semanal e anual [férias] e todos demais direitos que os trabalhadores conquistaram ao longo do século XX e que constam do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

A outra origem das cooperativas de trabalho, segundo Singer (2015) resulta de iniciativas de trabalhadores marginalizados, sem chance de obter emprego regular ou ainda em perigo de perder o trabalho que têm. Este é, por exemplo, o caso dos trabalhadores de empresas em crise, que se organizam em cooperativa ora para tentar recuperar a sua ex-empregadora (comprando-a com seus créditos trabalhistas e eventualmente com financiamento) ora para disputar o mercado de serviços terceirizados, tendo como arma sua proficiência profissional.

Formam também cooperativas de trabalho trabalhadoras e trabalhadores muito pobres, que sobrevivem vendendo seus serviços individualmente e tentam obter melhores condições de ganho unindo-se em cooperativas de trabalho. Estas cooperativas são obviamente verdadeiras, frutos da livre vontade dos que nelas se associam, que não espoliam ninguém e são criadas como armas na luta contra a pobreza.

Falando de movimentos cooperativos Marx define-os como:

(...) uma das forças transformadoras da sociedade presente baseada em antagonismos de classes. O seu grande mérito é o de mostrar na prática que o presente sistema, pauperizador e despótico, de subordinação do trabalho ao capital pode ser superado pelo sistema

republicano e beneficente de associações de produtores livres e iguais. (MARX, *apud* NOVAES 2011, p.13)

### **2.4.1 Cooperativas de Industrias**

Os primeiros idealizadores do que Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos. Segundo Martin Buber (1945, p. 27), esses lutavam “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade”.

Buber (1945) apresenta três pares de pensadores divididos em gerações históricas. O primeiro Saint-Simon e Fourier que nasceram antes da Revolução Francesa e faleceram antes de 1848, o segundo Owen e Proudhon que morreram entre 1848 e 1870 e finalmente Kropotkin e Landauer nascidos após 1870 e falecidos pouco depois da Primeira Guerra mundial. Para Buber (1945), na primeira fase cada pensador contribuiu com um único pensamento construtivo, Proudhon e seus sucessores realizaram a ampla síntese.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos. As numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A economia solidária também surge como alternativa de sobrevivência e diminuição das desigualdades sociais.

## **2.5 Institucionalização da Economia Solidária no Brasil**

Não há como negar que a economia solidária é uma estratégia própria da sociedade civil. Os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária foram implantados nos anos 90, em governos locais. Tais iniciativas ganham maior relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos como Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém (SCHIOCHET, 2009). A economia solidária se torna uma política pública

federal de governo do Partido dos Trabalhadores pelo comprometimento deste com a classe trabalhadora.

A década foi marcada por uma profunda crise econômica e social que abalou e restringiu a oferta de trabalho assalariado. É nesse contexto que diversos atores do campo da economia solidária, dispersos desde então, iniciaram uma trajetória de articulação a partir de encontros e da atuação em fóruns de discussão.

O debate, sempre recorrente nesses encontros e espaços, é pelo reconhecimento e apoio ao trabalho coletivo, baseado nos princípios de autogestão, solidariedade e cooperação. Trata-se, assim, de uma trajetória marcada pela reivindicação ao direito à organização do trabalho autogestionário, em contraposição ao trabalho assalariado.

Esses encontros e espaços também propiciaram, paulatinamente, a elaboração de uma pauta mais unificada e que reunisse as demandas dos diversos atores envolvidos. É possível afirmar que essa pauta, marcada por uma diversidade de reivindicações, sempre esteve fortemente voltada para o diálogo com governos e o Estado brasileiro. Além disso, esses encontros e espaços também foram responsáveis pela crescente visibilidade política das práticas desse campo. Ou seja, cada vez mais regulares e contínuos, os fóruns, que progressivamente foram se institucionalizando, se tornaram fundamentais para a organização do movimento de economia solidária no Brasil, por propiciarem momentos de trocas, partilha, embates e oposições – elementos tão caros à construção da identidade de qualquer organização do campo social. (NAGEM; JESUS, 2013, p. 84)

O I Fórum Social Mundial, ocorrido no ano de 2001, em Porto Alegre (RS), é considerado um importante marco. O evento foi responsável por canalizar e proporcionar o encontro de diversas organizações e atores espalhados pelo país que desenvolviam atividades voltadas para a economia solidária. Dentre as diversas oficinas, verifica-se a primeira atividade cujo tema estava diretamente ligado à economia solidária: Economia Popular Solidária e Autogestão. Dentre os diversos pontos discutidos na oficina, que reuniu aproximadamente 1.500 pessoas, apontou-se a necessidade de organizar a economia solidária no Brasil, assim como articulá-la com experiências internacionais. (NAGEM; JESUS, 2013, p. 84)

Para tanto, foi constituído um grupo de trabalho, o GT Brasileiro de Economia Solidária. As doze entidades e redes nacionais de fomento que em momentos e níveis diferentes participam do GT Brasileiro são: Rede Brasileira

de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)/Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)/Central Única dos Trabalhadores (CUT); Unitrabalho; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED). (NAGEM; JESUS, 2013, p. 84)

Quanto à criação do GT, três questões chamam bastante a atenção nesse processo. A primeira delas diz respeito ao fato de que tal articulação nacional não ocorreu a partir da mobilização dos próprios trabalhadores integrantes dos empreendimentos solidários (cooperativas, associações, bancos comunitários, empresas recuperadas etc.) – relativamente numerosos e espalhados pelo país nesse momento –, mas sim das organizações que, na maioria dos casos, os assessoravam, o que permite inferir, por um lado, que há grande influência e importância, nesse contexto, de organizações dessa natureza e, por outro, revela a baixa capacidade de mobilização e articulação dos empreendimentos solidários. A segunda questão diz respeito ao fato de que em torno do GT articularam-se organizações de distintas naturezas, desde aquelas ligadas à Igreja Católica, até o meio acadêmico, o terceiro setor, sindicatos e movimentos sociais. Por fim, a terceira questão diz respeito à presença no GT de gestores públicos, através da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária. (NAGEM; JESUS, 2013, p. 84)

A presença dos gestores públicos marcou a trajetória de construção da economia solidária no Brasil, a ponto de se tornarem e serem legitimados como um dos três segmentos desse campo no Brasil.

No contexto político mais amplo, no final de 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou as eleições presidenciais. Uma nova janela política abriu-se e o fato mobilizou o GT Brasileiro de Economia Solidária, que começou a discutir uma estratégia de incidência junto ao novo presidente eleito. Começou, assim, a ser desenhada a criação de um espaço institucional dentro do novo governo federal que viesse atender as demandas da economia solidária (SILVA; NAGEM, 2011).

No final de 2002 começou, a ser desenhada a criação de um espaço institucional dentro do novo governo federal que viesse atender as demandas da economia solidária. Além disso, o GT também iniciou o processo de



mobilização e preparação de um encontro nacional de economia solidária, que viria a ser a I Plenária Nacional.

De acordo com Nagem e Jesus (2013) a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, ocorreu em 2002, na cidade de São Paulo reunindo, aproximadamente, 200 pessoas de distintas partes do país. Mais uma vez, o GT Brasileiro de Economia Solidária desempenhou um papel estratégico no encontro, desde a sua organização até a mediação e condução. Propiciando um debate em torno da criação de uma instância nacional da economia solidária e para a economia solidária.

Os participantes da I Plenária aprovaram e encaminharam uma carta ao recém-eleito presidente intitulada Carta ao Lula: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento. A Carta ao Lula, além de descrever o “estado da arte” da economia solidária no Brasil, apresentava ao futuro governo federal as principais diretrizes e reivindicações do setor, como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). (NAGEM; JESUS, 2013)

De acordo com França Filho (2006), as políticas de economia solidária inauguraram no Brasil uma nova forma de intervenção do Estado na geração de trabalho e renda que vai além da relação assalariada, ao definirem o incentivo a outras formas de organização socioeconômica, de caráter associativo.

Em 2003, as mobilizações se intensificaram. Além de mais uma edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), as II e III Plenárias Nacionais de Economia Solidária também ocorreram nesse ano, bem como a criação da Senaes, ligada ao MTE, e do próprio FBES.

Após as primeiras experiências em gestões municipais e estaduais, a temática passou a compor também a agenda federal em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Com isso, a emergência da economia solidária na agenda governamental instituiu uma nova dimensão para atuação do Estado no fomento à geração de trabalho e renda no país, ao admitir o apoio a iniciativas baseadas no cooperativismo e na auto-organização econômica de grupos de trabalhadores sob uma ótica diferente daquela centrada no assalariamento, ainda que de maneira marginal no âmbito dos programas geridos pelo MTE (SILVA E NAGEM, 2011).

Em junho de 2003 a economia solidária foi institucionalizada no Brasil no nível federal, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, que estabeleceu

a criação da Senaes. Esta secretaria surgiu a partir de uma mobilização dos movimentos sociais que atuam em diversas áreas da sociedade brasileira. Mas a política de economia solidária acontece como um processo de conquista social dos militantes (empreendedores sociais, religiosos, sindicalistas, professores e estudantes universitários etc.) deste modelo de economia.

A decisão do Governo Federal de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária, respondendo positivamente às mobilizações feitas no campo da economia solidária (seminários, plenárias, fóruns), significa uma mudança profunda nas políticas públicas de trabalho e emprego que visam à geração de renda e a garantia de direitos de cidadania a população menos favorecida da sociedade. As outras formas de trabalho associado e cooperado ganharam espaço e reconhecimento ao lado das demais políticas de geração de emprego. (MTE)

Entre os anos de 2003 e 2008, quando aconteceu a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, notou-se que o FBES avançou em sua capilaridade no território nacional. De 5 fóruns estaduais em 2002, passou-se a 17 em 2003, chegando a 27 no final de 2006. Assim, a partir de 2006, o FBES passa a estar presente em todos os estados da federação. Fóruns municipais, regionais e territoriais também passam a se organizar de acordo com as suas necessidades, demandas e características locais, além de possuírem também graus variáveis de organicidade e limitações de atuação e mobilização.

A V Plenária Nacional ocorreu entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2012 e teve como tema Bem-viver, Cooperação e a Autogestão para um Desenvolvimento Justo e Solidário. A questão central do encontro foi: “(...) consolidar o tema bem viver e sua relação com a emancipação do ser humano, através da construção das práticas de solidariedade e cooperação”.

Três eixos orientaram o debate da V Plenária: 1) orientação política do movimento; 2) orientação das ações do movimento; e 3) organicidade do movimento. Além dos debates em grupos de trabalho, mini plenárias e plenárias gerais, o evento foi marcado pela realização de mesas de debate político e de formação, que contaram com a presença de representantes de movimentos sociais, acadêmicos e militantes, que discutiram temas como: bem-viver, economia verde, movimentos sociais e economia solidária.

A V Plenária Nacional de Economia afirmou, em sua Carta Política, diz que a “economia solidária é um contraponto ao capitalismo (...) uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o

trabalho é coletivo e autogestionário e a (...) principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros”.

Percebe-se, que os programas e projetos voltados para a economia solidária estão sendo implementados, desde instâncias municipais até federais. Avançou-se também no diálogo e incidência na elaboração e implementação de políticas públicas para o setor. Além disso, desde a sua criação em 2003, a SENAES buscou desenvolver políticas públicas orientadas por estratégias de articulação política que possibilitassem fortalecer e consolidar a ES no país. O fortalecimento institucional da ES deveria permitir o adequado reconhecimento das suas iniciativas organizativas e garantir a perenidade das políticas públicas de ES, integrando órgãos governamentais e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal, promovendo a intersectorialidade como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Figura 1 – Rede dos principais atores da Economia Solidária no Brasil

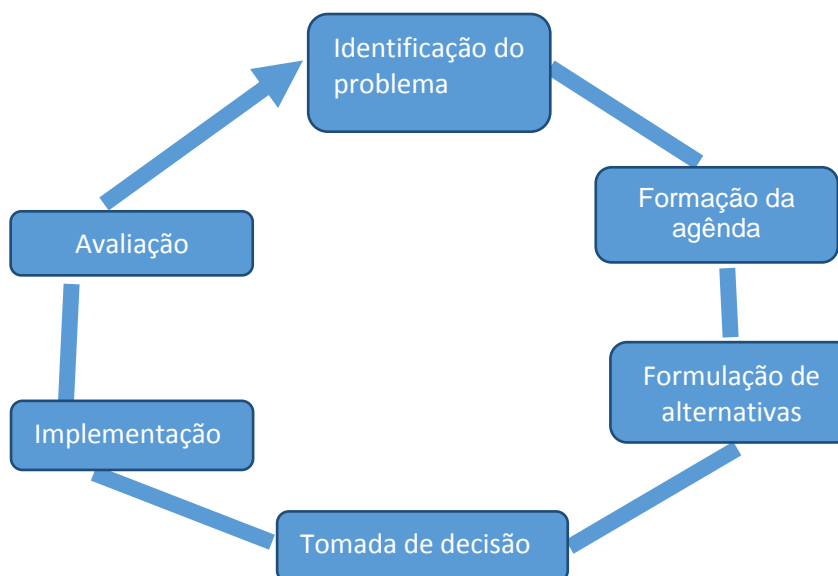


Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2006)

A figura 1 mostra uma rede articulada de empreendimentos, instâncias governamentais, entidades de apoio e fomento, fóruns e redes, ligas e uniões que traduzem a multiplicidade de organizações, instancias e atores que compõem a rede de economia solidária no Brasil.

Entretanto, deve-se observar que as políticas afirmativas de direitos, que visam à redenção socioeconômica dos excluídos, exigem a capilarização das ações desenvolvidas pelos setores de implementação da política, para facilitar o alcance dessas ao seu grupo beneficiário. Os esforços que ONGs, movimentos sociais, sindicatos e universidades vêm empreendendo na militância em Economia Solidária têm grande impacto sobre a forma de implementação desta política pública multidisciplinar, envolvimento de vários órgãos e instituições, para a implementação da Economia Solidária.

Figura 2 – Etapas do ciclo de políticas públicas



Elaborado com base em Secchi (2011)

A FIG. 2 demonstra o esquema das etapas do ciclo de elaboração de políticas públicas. Tais ciclos ou processos constituem um modelo de análise que decompõe a política em uma série de etapas que formam uma sequência lógica, normalmente dividida em seis fases, como visto acima.

No entanto, conforme Valmor Schiochet (p. 448) tais avanços políticos e institucionais ainda não alteraram uma das principais características das políticas de Economia Solidária: “são políticas de governo”, isto é, sua existência depende dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do poder executivo. Assim, ainda segundo o autor a Economia Solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos).

Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de Economia Solidária. Mesmo com o aumento do apoio à Economia Solidária nos últimos anos esta política pública ainda não foi institucionalizada como política de estado, mantendo-se vulnerável às oscilações dos interesses de governo. Para garantir maiores recursos e ininterruptão da política, tornando a economia solidária uma política de estado e com alguma pretensão de no futuro mudar o modelo de desenvolvimento do país, está em tramitação no Congresso Federal um projeto de lei de 2012.

Além dos programas e ações de governo, estabeleceu-se como elemento central para a estratégia de institucionalização da temática da economia solidária na agenda governamental a questão da participação social e do diálogo direto com a sociedade.

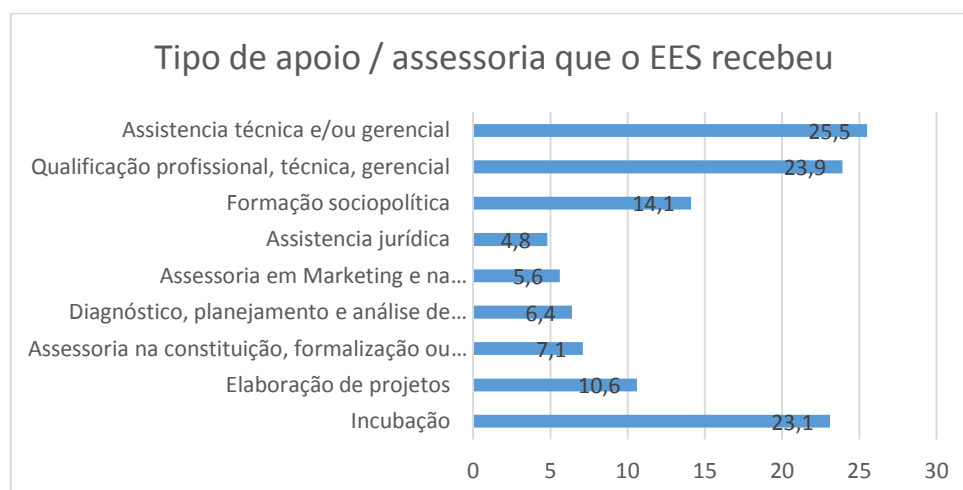
A economia solidária funciona como estratégia de resistência dos trabalhadores desempregados e trabalhadores informais ao sistema capitalista e aos processos de exclusão social eminentes a ele. Esse seria o caminho proposto para o deslocamento da ênfase nas noções de assistência para uma estratégia voltada à emancipação social e desenvolvimento local (SILVA, 2010 *apud* NAGEM; SILVA, 2011).

Desde 2004, a economia solidária figura como política pública, mas não foi sempre assim e ela não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto emancipação. (SINGER, 2010)

Uma questão importante para se pensar é a capacidade de organização desses empreendimentos e seu acesso à assessoria, assistência ou capacitação técnica nos mais diversos aspectos que envolvem suas atividades. De um modo geral, o GRAF. 3 mostra que 62,9% dos EES afirmaram que tiveram acesso a algum tipo de assessoria ou qualificação técnica no ano anterior à pesquisa, e 37,1% não tiveram acesso algum.

Dentre os que responderam sim, aproximadamente dois terços do total de EES, os tipos de assessoramento recebidos mais citados foram: assistência técnica e/ou gerencial (25,5%); qualificação profissional (23,9%); formação sociopolítica (14,10).

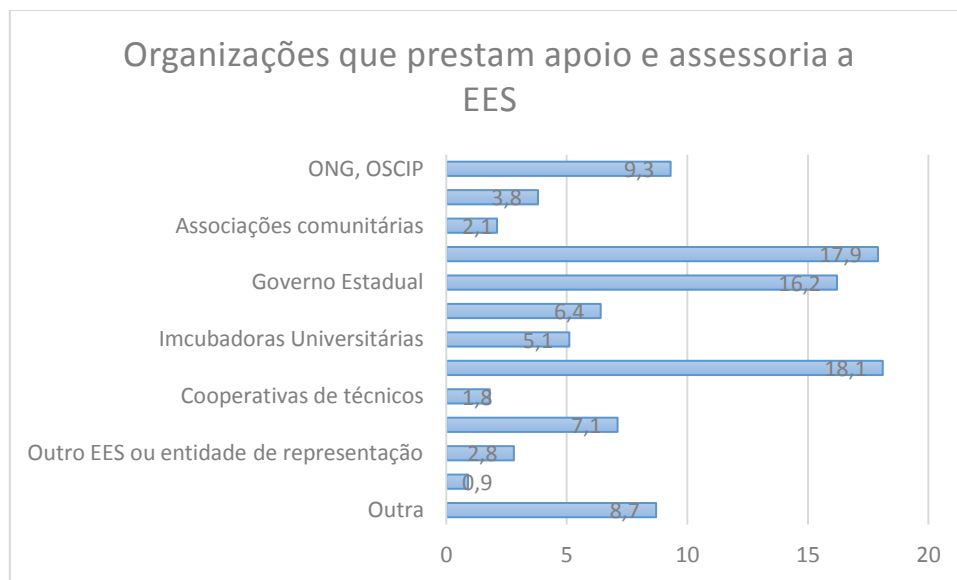
Gráfico 3 – Tipo de apoio / assessoria EES



Fonte: Banco de dados do Sies

Essas assessorias são conseguidas de modo geral por meio de programas de apoio e por parcerias firmadas com entidades de origem e natureza institucional bem diversa. Como pode-se perceber no GRAF. 4, são entidades ligadas ao chamado “sistema S” (Sebrae, Senae, Sescop etc.), órgãos governamentais em seus distintos níveis federativos (municipal, estadual e federal), sobretudo por meio de políticas públicas voltadas a apoiar atividades específicas, entidades sindicais, igrejas e Ongs de maneira geral, além de empresas e outras organizações.

Gráfico 4 – Organizações que prestam apoio às EES



Fonte: Banco de dados do Sies

## 2.6 O papel das Universidades para a consolidação da economia solidária

O modelo de Kingdon é utilizado para explicar as decisões e definições de agendas de políticas públicas por governos nacionais. Para Kingdon, a agenda governamental é definida a partir de um conjunto de temas ou problemas em pauta sob um determinado momento que demandam a atenção da equipe de governo e seus assessores. No entanto, dada a grande variedade de questões que vão surgindo, somente algumas delas serão de fato consideradas e inseridas na agenda de ação governamental (agenda-setting), ou seja, serão englobadas como políticas públicas e determinarão procedimentos e especificação de alternativas. (NAGEM; SILVA, 2013)

Em termos do fluxo de soluções, conforme o segundo fluxo do modelo de Kingdon (1995), pode-se dizer que uma parte da comunidade acadêmica, envolvendo um grupo de estudiosos que adotou a temática da economia solidária como objeto de pesquisa, teve um papel fundamental na consolidação de seu conceito.

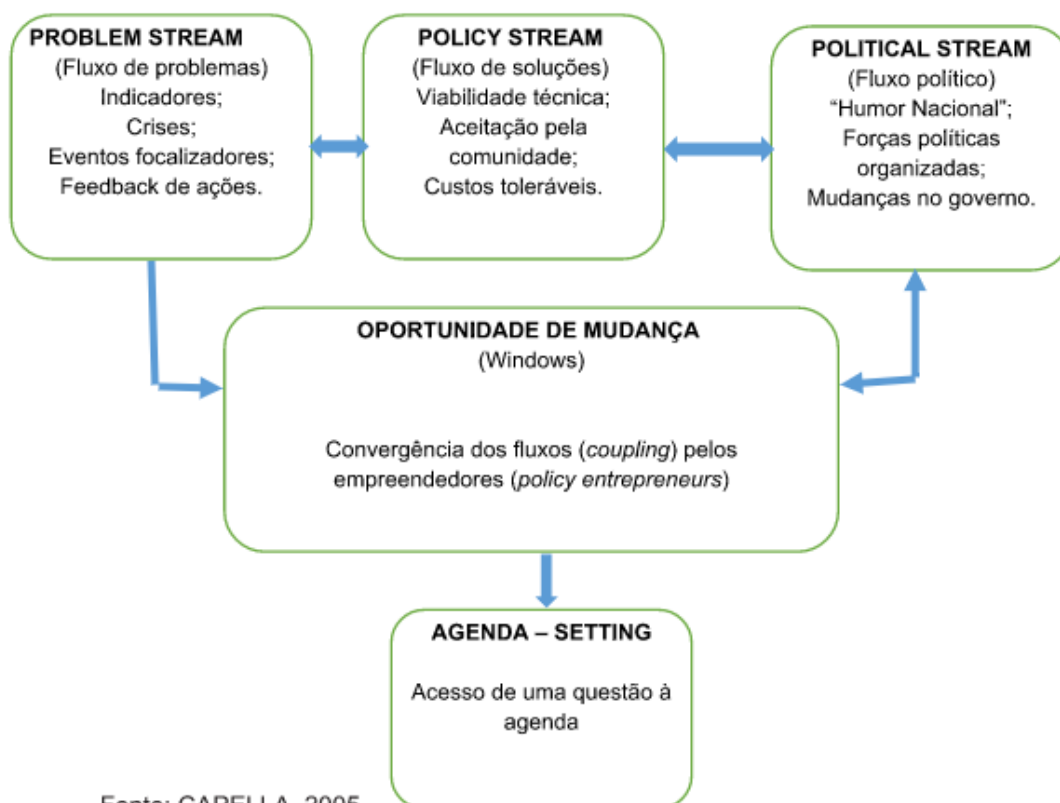
Essa temática foi inserida na segunda metade dos anos 1990 em meio ao debate sobre alternativas ao desmantelamento do mercado de trabalho no Brasil e à crise do Estado do Bem-estar Social, em que

voltou a ganhar destaque temas que envolviam a organização de trabalhadores em iniciativas cooperativistas e autogestionárias. O termo economia solidária passou a dar uma identidade comum a essas iniciativas, o que proporcionou a junção de diferentes grupos em torno do mesmo conceito. Esse debate ocorreu não apenas no Brasil, mas simultaneamente em países da Europa e também da América Latina (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2006; SILVA, 2010 *apud* NAGEM; SILVA, 2011).

Um indicador para esse forte enraizamento acadêmico da economia solidária é o número de trabalhos de conclusões de cursos de pós-graduação no país que apresentavam seu tema principal de alguma maneira ligado à economia solidária. Essa valorização da temática da economia solidária no meio acadêmico foi de grande importância para seu fortalecimento também no meio político, que compõe o 3º fluxo de Kingdon.

Segundo Kingdon (1995) em seu modelo, para a abertura da janela de oportunidade é imprescindível o papel de indivíduos com competência reconhecida que defendem ardorosamente o tema junto ao governo, chamadas pelo autor de “empreendedores”.

Figura 3 – Modelo Kingdon



Fonte: CAPELLA, 2005



Bertucci (2010),

Ao pesquisar no Banco de Teses da Capes, verificou que, a partir do primeiro trabalho publicado em 1998, o número de teses e dissertações cresceu muito nos anos posteriores, totalizando 226 entre os anos de 1998 a 2007. Em 2003, justamente no ano de criação da Senaes, o número de estudos acadêmicos quase se quadruplicou com relação ao ano anterior. Uma das explicações do autor para esse aumento no número de estudos acadêmicos foi a proliferação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), comandadas por professores universitários, e que suscitaram vários grupos de pesquisa e extensão nos centros de ensino superior. É interessante também destacar que esses estudos espalharam-se por diversas áreas, tais como: Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Direito, Ciência Política

Torna-se necessário, enfatizar que a Universidade assume o papel de educador no grupo de economia solidária e que sua postura é a da educação problematizadora. Os conceitos relacionados à educação problematizadora têm como ponto de partida o caráter histórico do ser humano. Os seres humanos se sabem inacabados, inconclusos, e nesta característica se encontram as raízes da educação como atividade humana. A educação que reforça a mudança é revolucionária, é um “que fazer” permanente.

Porque, ao contrário do animal, os homens podem tridimensionar o tempo (passado-presente-futuro) que, contudo, não são departamentos estanques, sua história, em função de suas mesmas criações, vai se desenvolvendo em permanente devenir, em que se concretizam suas unidades epocais. Estas, como o ontem, o hoje e o amanhã, não são como se fossem pedaços estanques de tempo que ficassem petrificados e nos quais os homens estivessem enclausurados. Se assim fosse, desapareceria uma condição fundamental da história: sua continuidade (FREIRE, 2005, p. 107)

Ainda de acordo com Freire

Um recurso necessário nesse processo de educação é o diálogo entre pessoas, educador e educandos. A principal característica do diálogo é a palavra, e seus elementos são a ação e a reflexão. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Ao se dizer a palavra verdadeira, transforma-se a realidade. A ação pela ação, sem palavra, é ativismo e impossibilita o diálogo. “Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 2005, p. 72).

Há indicadores do crescimento da produção acadêmica sobre a Economia Solidária, tais como a evolução temática dos Grupos de Pesquisa no Diretório do CNPq (entre 2009 e 2011, o número de Grupos vinculados à

Economia Solidária elevou-se de 92 para 130) ou o banco de currículos Lattes (5.508 pesquisadores declinam o tema, dos quais 1.708 são doutores e 196, Bolsistas de Produtividade – dados de março/2012).

O mais sugestivo, no entanto, é o crescimento exponencial das teses e dissertações registradas pela CAPES com referência à Economia Solidária: de 36, no quinquênio 1996-2000, passaram a 195 no período posterior, até 2005, e a 404, nos anos de 2006-2011.

Contudo, uma simbiose singular entre reflexão e ação marca a atuação das instituições especializadas, pois a atividade científica sobre a Economia Solidária não se cinge ao interior dos recintos universitários, bem ao contrário. Quem se dedica ao tema, além de atribuições típicas como a docência, a pesquisa e a orientação de trabalhos acadêmicos, usualmente colabora em programas de apoio às experiências solidárias e participa dos circuitos de debate, quando não de instâncias deliberativas ou de articulação política. As pesquisas desenvolvem-se, via de regra, em conexão com demandas provenientes dos atores sociais, sendo comum seu vínculo com programas públicos que estimulam ou financiam estudos e avaliações.

De parte do Estado, o fato de que a Secretaria Nacional de Economia Solidária disponha de um Departamento de Estudos e Divulgação traduz um reconhecimento quanto ao valor da produção de conhecimentos, por meio de levantamentos de dados, estudos e análises.

Além da mobilização nacional, na mesma época, diferentes estados da federação desenvolveram ações de promoção da economia solidária através de políticas públicas, como o caso emblemático do Rio Grande do Sul, ou através da organização da sociedade civil, como o Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro.

O Estado de Minas Gerais, com cerca de 20 milhões de habitantes e 853 municípios, também pode ser destacado neste cenário. As primeiras reflexões sobre o tema iniciaram-se em meados de 1990 por meio de fóruns temáticos nos quais participavam diferentes organizações, como entidades sindicais, religiosas e de orientação feminista.

O estado mineiro foi o primeiro a ter uma legislação específica para o fomento à economia solidária, contando atualmente com o Conselho Estadual sobre essa temática. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da

Universidade Federal de Viçosa também faz parte dessa história. Fundada como programa de extensão universitária em 2003, a ITCP-UFV contribuiu para a conformação do movimento de economia solidária em Minas Gerais por meio de diferentes ações e ainda tem papel importante nesse cenário no Estado.

As universidades figuram entre os agentes de promoção da economia solidária desde o começo dos movimentos populares solidários, juntamente com entidades religiosas e outros setores da sociedade civil.

Criada em 1995, a Unitrabalho (Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) foi fruto da busca de aproximar conhecimento acadêmico/ universidade e mundo do trabalho.

Horta e Silva destacam que os primeiros projetos desenvolvidos a partir da Unitrabalho já “traziam a marca das políticas públicas ligadas ao mundo do trabalho, pois tinham a missão de avaliar o desempenho e eficiência das políticas de qualificação profissional do Ministério do Trabalho”.

Em 1997, a Fundação Unitrabalho toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária. A coordenação foi feita pelos professores Cândido Vieitez, da UNESP, Newton Brian da UNICAMP e Paul Singer da USP. Foram chamados pesquisadores universitários de todo Brasil para participar do grupo. A aposta era a de que, ao abrigar as incubadoras nas IES, poderia impulsionar o cumprimento da sua missão social, por meio de ações de ensino, formando profissionais para atuar na Economia Solidária, de atividades de extensão, apoiando organizações comunitárias na solução de seus problemas, e de ações de pesquisa, gerando novos conhecimentos teórico-metodológicos, a partir da interação com a realidade desse público mais excluído. (IADH; 2011)

A Unitrabalho cria assim, uma rede universitária de incubadoras de cooperativas populares que mais tarde se divide em dois grupos, passando a existir duas redes de universidades que promovem a interação universidade e trabalhadores. A primeira é a própria Unitrabalho e a outra é a Rede ITCPs – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

A intensificação das relações entre a construção de políticas no âmbito das relações de trabalho e a produção de conhecimento na academia teve desdobramentos que resultaram em fortalecimento institucional para o movimento de trabalhadores, além de fornecer base de pesquisa e extensão para a universidade. (HORTA, SILVA; 2013)

No cenário recente as universidades têm papel ainda mais importante no fortalecimento da cidadania de grupos marginalizados. As novas diretrizes da economia solidária feitas pela SENAES em 2008, demonstram a atitude diferenciada desta secretaria em incentivar a participação de outros setores da sociedade nos objetivos da Economia Solidária.

A SENAES reorganizou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, para apresentar ações mais integradas entre três eixos de atuação, com o objetivo de fortalecer Empreendimentos de EcoSol por meio do acesso a:

- 1) capital (apoio à oferta de bens e serviços financeiros);
- 2) conhecimentos (formação, assistência técnica e pesquisas); e
- 3) mercados (organização dos processos de produção e canais de comercialização).

As universidades atuam principalmente no segundo item, em ações que visam o acesso ao conhecimento, como entidades de pesquisa na área de economia solidária e/ou capacitadores para a economia solidária, incubadoras de empreendimentos solidários etc.

Estas atuações podem ser através da própria SENAES ou em parceria com o Ministério da Educação (MEC), no âmbito do programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na capacitação dos professores e de Programa de Extensão Universitária (PROEXT).

### **2.6.1 Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES**

A criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES e da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES em 2003 representaram um marco histórico. Essas duas experiências, que envolveram tanto as organizações da sociedade civil como o poder público, são responsáveis, em grande medida, pelas características deste movimento no país.

A Territorialização das Políticas Públicas de Economia Solidária promovidas pela SENAES no ano 2004 iniciou um diálogo com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e com a Fundação Palmares, órgão vinculado ao MinC, tendo por objetivo elaborar ações voltadas ao desenvolvimento das comunidades remanescentes de

quilombos (CRQs). Deste diálogo, nasce, em 2005, o Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário, como projeto piloto de Desenvolvimento Local voltado às CRQs. O referido projeto teve seu foco centrado na promoção do Etnodesenvolvimento Solidário por meio do fortalecimento da organização coletiva do trabalho, por ser esta uma característica marcante das comunidades envolvidas. (SENAES/MTE, 2012)

A estratégia central do Projeto foi a criação da figura dos/as Agentes de Etnodesenvolvimento, contratados para desenvolver ações de identificação de demandas e potencialidades das comunidades beneficiadas, bem como apoio a organização de núcleos de produção local.

Já o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) foi fruto do processo de ampliação das ações do Etnodesenvolvimento. Sua concepção foi fruto do amplo debate e articulação com as organizações do movimento de EcoSol e outros movimentos. (SENAES/MTE, 2012)

Dentre as principais matrizes que orientaram a elaboração do PPDLES, pode-se identificar claramente a intersecção de, pelo menos, dois vetores principais: o primeiro é formado pelo conjunto de experiências de Políticas Públicas em EcoSol, realizadas nas esferas municipal e estadual, que constituíram equipes de agentes para o desenvolvimento de atividades de fomento ao microcrédito ou assessoria a EESs; a segunda vertente é constituída pela experiência do Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário das Comunidades Quilombolas, apresentado anteriormente, cujas ações compreenderam o diagnóstico socioeconômico e o levantamento das potencialidades e vocações locais diversas comunidades das diferentes regiões do Brasil. (SENAES/MTE, 2012)

Esse conjunto de ações e experiências consolidou, no interior da SENAES, a convicção da necessidade e da pertinência de um projeto de âmbito nacional estruturado a partir da ideia de agentes de desenvolvimento solidário.

O delineamento e a formatação do Projeto avançaram então a partir da identificação de comunidades e segmentos que haviam apresentado suas demandas tanto ao MTE como a outros ministérios da área social; demandas estas cujo atendimento apontava para a necessidade de ações integradas

entre os diferentes órgãos do governo, ou postulavam políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social com escopo territorial. (SENAES/MTE, 2012)

Estavam assim reunidas as condições para dar corpo e consistência a um projeto que oferecesse às comunidades e segmentos historicamente excluídos das políticas públicas a possibilidade de iniciar ou fortalecer um trabalho de promoção do seu próprio desenvolvimento, tomando como ponto de partida a atuação dos/as Agentes de Desenvolvimento Solidário.

No interior do MTE a EcoSol foi incorporada como estratégia de geração de trabalho e renda, ampliando com isso o conjunto já existente de ações voltadas para o estímulo ao emprego.

Além disso, a EcoSol foi reconhecida e institucionalizada no âmbito do Ministério, e a SENAES estabeleceu articulações internas no âmbito da Qualificação Social e Profissional (PNQ), orientando a inserção da EcoSol nos Planos Territoriais de Qualificação (Planteq), nos Projetos Especiais de Qualificação (Proesq) e Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional (Planseq). Com o Programa do Microcrédito Produtivo Orientado, a SENAES participou desde o momento inicial de concepção e de formulação do Programa no MTE, estando presente nas suas instâncias deliberativas. Com o Primeiro Emprego, a EcoSol apoiou várias iniciativas autogestionárias de jovens que participavam de Consórcios da Juventude. (SENAES/MTE, 2012)

A receptividade das políticas e propostas em EcoSol dentro dos outros ministérios foi considerada positiva, pois conforme os estudos do IPEA do ano de 2007, o tema e as ações em EcoSol estão presentes nas ações políticas de 22 secretarias e ministérios.

A atuação da Secretaria tem demonstrado, embora não ainda na escala desejada, a possibilidade que a EcoSol traz para a promoção do desenvolvimento local e para a inserção, no mundo da economia e da produção, de milhões de homens e mulheres que necessitam de trabalho e renda e não os encontram no trabalho assalariado. As atividades formativas realizadas pela SENAES e voltadas para os servidores e gestores do MTE e de outros órgãos federais foram fundamentais para a construção dessas parcerias. (SENAES/MTE, 2012)

Dessa forma, a SENAES estabeleceu parcerias e realizou ações com vários Ministérios e órgãos públicos com o objetivo de articular a perspectiva do trabalho associado como eixo para as PPs de inclusão socioeconômica e de desenvolvimento. (SENAES/MTE, 2012)

Cabe destacar algumas iniciativas:

- a articulação com o Ministério da Justiça, no âmbito do PRONASCI, para desenvolver ações de ES como estratégia de prevenção da violência nos territórios da paz mapeados por aquele ministério;
- as relações com o MEC no apoio às incubadoras universitárias e na política de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com base em resolução 51/2008 do MEC/FNDE que institui o apoio a projetos de EJA e ES;
- com o MCT e a FINEP no apoio às incubadoras de ES e no desenvolvimento de tecnologias sociais próprias para a ES;
- com o Ministério da Saúde (MS) na Política de Saúde Mental e na construção de políticas de apoio às cooperativas sociais;
- com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nas estratégias de segurança alimentar e nutricional, políticas de inclusão produtiva e fomento às organizações de catadores de materiais recicláveis;
- com o Ministério da Cultura (MinC) com os empreendimentos econômicos solidários que atuam em atividades culturais;
- com o Ministério do Desenvolvimento Agrário no apoio à política de desenvolvimento territorial rural, implantação de bases de serviço de apoio à comercialização e PPIGRE (Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia), entre outras parcerias;
- Com o MinC, no Programa Cultura Viva, Pontos de Cultura e Incubadoras de Economia Solidária da Cultura;
- Com o Ministério do Turismo, na promoção de ações de turismo solidário com incubadoras de ES;
- Com o Ministério da Pesca e Aquicultura, com incubação de EES nos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR);
- Com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em desenvolvimento de pesquisas, no suporte ao Sistema de Informações em ES e no boletim mercado de trabalho (seção de ES);
- Com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no suporte às ações do SIES, apoios às incubadoras e nas tecnologias sociais;
- Com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), no apoio às Cooperativas e Associações de Coleta e Reciclagem no âmbito da política de Resíduos Sólidos;
- Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social (BNDES), em linha de crédito para empresas recuperadas, para inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis e apoio a outras iniciativas de ES nas Unidades da Federação;
- Com o Banco do Nordeste (BNB), no apoio aos Fundos Rotativos Solidários;
- Com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, no apoio aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento;
- Com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), nas ações de Etnodesenvolvimento e economia solidária em comunidades quilombolas;
- Com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com a inclusão da ES no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. (SENAES/MTE, 2012)

Com a criação da SENAES, delineou-se claramente a necessidade de uma atenção especial ao desenvolvimento de ações em educação/formação para o fortalecimento da EcoSol.

Diante deste desafio a ação da SENAES caminhou numa dupla direção. De um lado, na disseminação, sensibilização e articulação da EcoSol junto aos demais órgãos do governo federal e, em especial, junto aos gestores responsáveis pelas políticas e programas que envolviam a educação e formação. De outro lado, no reconhecimento e apoio ao fortalecimento das iniciativas de educação/formação em EcoSol já presentes e promovidas no próprio campo da economia solidária por entidades e instituições da sociedade civil. Neste sentido, a SENAES procurou estreitar o diálogo com as políticas de qualificação social e profissional desenvolvidas no âmbito do MTE, por um lado, e verificar as possíveis interfaces com as políticas de educação desenvolvidas pelos demais ministérios e órgãos públicos

Nos primeiros anos o desafio envolveu especialmente a formulação de propostas de conteúdos, a experimentação de processos metodológicos e a participação ativa na formulação de políticas de qualificação socioprofissional e de educação para a EcoSol. Como orientação estratégica a SENAES, por meio de seu Departamento de Estudos e Divulgação procurou articular o tema da EcoSol e do trabalho associado nos programas e Fóruns de EJA em parceria com o MEC e nos programas da qualificação social e profissional em parceria com o Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE/MTE).

A ação da SENAES no tema da educação/formação foi pautada nas seguintes diretrizes:

- Desenvolver processos formativos voltados às estratégias de desenvolvimento sustentável e solidário, por meio do fortalecimento da ES e da autogestão;
- Formar agentes que atuem na formação e acompanhamento de empreendimentos solidários;
- Experimentar e desenvolver metodologias de formação de multiplicadores, trabalhadores cooperados e empreendedores em gestão coletiva dos empreendimentos; e



- Disseminar conhecimentos e metodologias para subsidiar processos formativos junto aos participantes de empreendimentos econômicos solidários inseridos em estratégia de desenvolvimento.

### **2.6.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

A Educação de Jovens e Adultos que, a partir da Lei 9.394/96, se regulariza e supera o antigo ensino supletivo de proposição de um currículo escolar aligeirado e homogêneo, configura-se sob a ótica de um projeto educacional mais amplo (MOLL, 2004) e inovador, porque passa a se constituir como modalidade específica de Educação Básica que atende aqueles que tiveram negada a experiência educacional na infância ou adolescência pelos mais diversos fatores. As práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA, em sua maioria, também sofrem modificação e passam a poder envolver ainda mais a experiência do educando como ponto de partida para o desenvolvimento do ensino formalizado.

#### **Segundo o Declaração de Hamburgo sobre a EJA (1997)**

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento sócio econômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e a cultura de paz baseada na justiça.

Figura 4  
Principais ações do governo federal voltadas à educação de adultos

ANO	AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL
1945	CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e adultos – Criado em 1945, mas oficializado apenas em 1947.
1957	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, através da Lei 3327-a/57, de JK.
1964	Plano Nacional de Alfabetização – PNA, nascido da experiência do método Paulo Freire através do decreto 53.465 de 21.01.1964. Contudo, o Golpe Militar de Março de 1964 extinguiu o Plano em 14.04.1964.
1967	Decreto 5379/67 cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL.
1971	Lei 5692/71, que cria o Ensino Supletivo.
1985	Fundação Educar, extinta por Fernando Collor em 17.03.1990
1990	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC.
1996	Programa Alfabetização Solidária (PAS). Programa Nacional de Reforma Agrária Recomeço (PRONERA), que previa apoio financeiro a estados e municípios das regiões Norte e Nordeste + 389 municípios com baixo IDH. Lei das Diretrizes e Bases (LDB). A partir da Lei 9394/96 é que o Ensino Supletivo passa a ser conceituado como EJA.
2003	Programa Brasil Alfabetizado.

Fonte: BERNARDIM (2007)

As ideias e práticas vigentes precisam ser revistas à luz da concepção mais ampla da EJA nas suas vertentes de escolarização como modalidade de educação básica e como direito de cidadania, ou seja, como um modo próprio de fazer educação, determinado pelos sujeitos jovens e adultos que a escola recebe. Uma educação comprometida com as camadas populares objetivando superar as diferentes formas de exclusão e discriminação existentes em nossa sociedade.

Os sujeitos da EJA são homens e mulheres, trabalhadores (as) empregados (as) e desempregados (as), em busca do primeiro emprego ou da reintegração aos postos de trabalhos; filhos, pais e mães; sujeitos da cidade e do campo. São sujeitos sociais e culturais, marginalizados e excluídos das esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais efetiva no mundo do

trabalho, da política e da cultura. Trazem em sua identidade existencial a marca do sofrimento, de uma sociedade brutalmente desigual e excludente. De acordo com Paiva (2004), os sujeitos jovens e adultos quando voltam a escola, mesmo pensando que é ela que lhes pode permitir a ascensão social ou econômica, quase sempre trazem uma autoestima afetada pela internalização dos fracassos anteriores em experiências com a própria escola. Mas é nela que confiam a realização de seus sonhos, pela esperança que depositam no projeto de vida pessoal e coletivo. Desta forma, consideram-se fundamentais as motivações e as experiências dos alunos, as quais dão sentido aos processos de aprendizagem. (ZEN, 2011, p. 127)

Nessas experiências, produzem novos saberes e novos conhecimentos, levando-os novamente a escola. Saberes da vida, das práticas sociais em casa, na rua, na igreja, no mundo do trabalho, nas lutas pela sobrevivência. Saberes que nem sempre revelam seus direitos de trabalhadores, nem sua condição de cidadãos. (ZEN, 2011)

Hoje, mais que nunca, a educação e a aprendizagem dos adultos constituem a chave indispensável para liberar as forças criativas das pessoas, dos movimentos sociais e das nações. A paz, a justiça, a autoconfiança, o desenvolvimento econômico, a coesão social e a solidariedade continuam a ser metas e obrigações indispensáveis que terão de ser perseguidas, reforçadas por meio da educação e da aprendizagem dos adultos.

Conforme Freire (2006, p. 15):

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras.

Percebe-se que os conteúdos trabalhados com a população atendida na EJA precisam ter relação com seu cotidiano, pois o processo educativo desenvolve-se entre sujeitos com diferentes trajetórias, histórias e experiências de vida. Logo,

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer, a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização (FREIRE, 2006, p. 16)

A Educação Básica de adultos, ainda que pareça apontar apenas para o domínio do alfabeto, da grafia e da leitura, obrigatoriamente leva para uma outra instância: aquela que vai mais além da atividade ligada à língua mas,

também às relações de ordem social, econômica, política e cultural à qual pertencemos.

Assim, muitas escolas de jovens e adultos intensificam um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno.

Estas ações sinalizam um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da educação como meio de transformação pessoal e social e de entender o educando como alguém que está em constante busca.

O cenário do desemprego estrutural tem excluído muitos sujeitos da economia capitalista mundial. Ao mesmo tempo em que isso acontece, essa situação tem levado os setores populares a resistir e a desenvolver formas alternativas de geração de trabalho e renda para garantir a estes sujeitos desempregados sustentabilidade e sobrevivência. Ou seja, os setores populares têm constituído iniciativas econômicas como resposta a este cenário. Origina-se e reforça-se aí a possibilidade de construção de um novo vínculo entre a educação e o trabalho, pois certamente, podemos traçar e conceber outra perspectiva para o trabalho pedagógico na EJA e na educação em geral que não represente uma relação direta entre a conexão da educação decorrente de um novo trabalhador, formado a partir das mudanças do mundo do trabalho capitalista.

Considerando a prioridade de elevação da escolaridade dos trabalhadores/as da EcoSol, o DED/SENAES construiu articulações estratégicas com as ações governamentais coordenadas pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Uma estratégia adotada foi a de aproximação entre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e o Fórum de Educação de Jovens e Adultos (Fórum EJA), o que permitiu uma maior interlocução entre estes movimentos nos estados. Outra ação importante foi a inserção, a partir de 2005, da temática da ES nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), encontros organizados pelo Fórum EJA. Além das questões conceituais e políticas envolvendo os dois temas os encontros nacionais tem sido uma oportunidade para a apresentação e debate de experiências concretas de articulação entre a EJA com processos organizativos da ES e organização de feiras de

trocas de saberes e experiências. Num primeiro momento a publicação pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) da coletânea “Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos” (INEP, 2005) contribuiu para a aproximação política pedagógica. (SENAES/MTE, 2012)

No âmbito desta articulação entre SENAES e SECAD foram implantados vários projetos com o objetivo de experimentar a articulação entre Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária possibilitando o desenvolvimento de conteúdos e metodologias mais adequadas.

### **2.6.2.1 Projeto Piloto de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores Integrada à Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental**

Projeto piloto executado pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), entre 2005 e 2007, com a estratégia de proporcionar o acesso à elevação de escolaridade combinada com a qualificação social e profissional de trabalhadores de EESs, com carga horária total de 1.200 horas. Participaram do projeto 450 trabalhadores/as de Empreendimentos Solidários nas Cadeias de Artesanato e de Reciclagem. Foram formados educadores/as, gestores/as públicos e agentes de desenvolvimento. Estes sujeitos elaboraram estudos e propostas conceituais e metodológicas, materiais didáticos com base em diagnósticos e levantamento de potencialidades locais.

### **2.6.2.2 Projeto de Qualificação Profissional em Gestão de Economia Solidária e Cooperativismo com Elevação de Escolaridade**

Executado pela Escola José César de Mesquita, em Porto Alegre (RS), com o objetivo de elevação da escolaridade em nível de ensino fundamental, tendo como eixo a EcoSol e o cooperativismo, contabilizando 3.200 horas. Esta carga horária também incluía a formação em autogestão e cooperativismo, na qual o educando que já possui o ensino fundamental completo pode participar somente deste módulo, recebendo um certificado de qualificação profissional. Nesta articulação com as políticas de elevação de escolaridade a principal

iniciativa envolvendo a parceria da SENAES foi o Programa Projovem Campo – Saberes da Terra.

### **2.6.2.3 Programa Projovem Campo – Saberes da Terra**

Um Programa de EJA Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores/as Familiares concebido ainda em 2005, como estratégia interministerial (envolvendo o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Trabalho e Emprego, neste último, por meio da SPPE e da SENAES) que partia do pressuposto da necessidade de construção de uma política educacional que reconhecesse as necessidades e as realidades diferenciadas dos povos do campo, possibilitando a oportunidade de escolarização de jovens e adultos agricultores familiares excluídos do sistema formal de ensino.

Iniciativa referenciada em experiências anteriores organizadas pelo movimento sindical da agricultura familiar nas quais havia forte presença da EcoSol como estratégia de inserção dos/as educandos/as no mundo do trabalho.

### **2.6.2.4 Parceria da SENAES/MTE com a SETEC/MEC**

A parceria da SENAES/MTE com a SETEC/MEC permitiu a inserção de iniciativas de EcoSol no programa a partir de 2007, com 10 turmas de 20 alunos em cursos de iniciação profissional com carga horária mínima de 600 horas. A parceria envolveu Instituições Federais de Ensino Tecnológico (IFETs) e Escolas Agrotécnicas (EAs), articuladas territorialmente pelos EESs participantes da ação. Destaca-se a iniciativa na Companhia Harmonia (Usina Catende, em Catende/PE) com cinco turmas e 100 jovens que tiveram acesso a cursos de gestão ambiental, piscicultura, bananicultura, floricultura e autogestão.

Deste processo de parceria e experimentação conjunta, resultou a institucionalização dos compromissos entre EJA e ES com a publicação da Resolução nº 51 - EJA e ECOSOL. Uma Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aprovada em dezembro de 2008, com o objetivo de apoiar financeiramente

projetos que contemplem as seguintes ações: a) produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático para a EJA que contemplem a ES (linha de ação I); b) formação de educadores/as, coordenadores/as e gestores/as da EJA com ênfase na ES (linha de ação II); e c) publicação de experiências de EJA com ênfase na ES. (SENAES/MTE, 2012)

A partir de 2009, vários projetos foram apresentados por Instituições Públicas de Ensino Superior e por Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (com ensino superior), em parceria com outras instituições de Ensino Superior, e Entidades sem fins lucrativos, que atuem nos campos da EJA e/ou da EJA contemplados com recursos da Resolução 51.

### **2.6.3 Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano – NESTH**

O NESTH - Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano da UFMG foi instituído pela Resolução 10/85 de 13 de dezembro de 1985, como Programa Interdisciplinar vinculado ao Conselho de Extensão norteado por dois objetivos:

- Possibilitar a interdisciplinaridade das pesquisas e atividades de extensão relacionadas com o mundo do trabalho e;
- Estabelecer intercâmbios com instituições afins.

O adjetivo “humano” que integra o nome do Núcleo implica, necessariamente, na observância do direito dos trabalhadores a terem direitos.

Para posicionar-se de acordo com sua ideologia o NESTH não só pesquisa o mundo do trabalho, ele busca intervir neste, para proporcionar ao trabalhador seguridade social, condições dignas de trabalho e cidadania.

O NESTH se vê chamado a "intervir" nos chamados "mundos do trabalho", não só com estudos e pesquisas, mas com ações que visem acompanhar os homens e mulheres no trabalho, em intervenções psicossociais de grupos, terapias no campo de doenças mentais, formação sócio-política e administrativa, transformação dos elementos materiais da situação do trabalho e organização do trabalho.

A proposta do Núcleo amplia-se no âmbito da UFMG, envolvendo professores de diversos Departamentos e Unidades, assim como funcionários e alunos interessados em projetos que privilegiam o "trabalho" como eixo central de análise, tornando realidade a complementariedade dos enfoques. Neste sentido, o NESTH é selecionado para constituir-se como laboratório associado junto ao CNPq, através da Pró-reitora de Pesquisa, se afirmando como núcleo consolidado. Dessa maneira, avança no sentido de atingir seu

objetivo: dar corpo à produção científica acadêmica e estendê-la para além dos limites da Universidade (NESTH, 2014)

A metodologia de trabalho adotada pelo NESTH é a pesquisa-ação, que valoriza o saber popular e intervém na realidade estudada, pois parte do conhecimento das comunidades sobre a sua própria realidade e a orienta no sentido de consolidar a inclusão cidadã.

Ao longo de sua história o NESTH atua com pesquisas voltadas para o trabalho e para os trabalhadores, seguindo duas vertentes:

- O OT – Observatório do Trabalho; e,
- O LTS – Laboratório de Tecnologia Social, tais quais:
  - ✓ Saúde e trabalho;
  - ✓ Relações de trabalho e formas de gestão;
  - ✓ Trabalho e política;
  - ✓ Tecnologia e processo de trabalho;
  - ✓ História e memória do trabalho urbano e rural;
  - ✓ Cotidiano dos trabalhadores;
  - ✓ A construção do sujeito trabalhador (representação e ação);
  - ✓ Gênero e trabalho;
  - ✓ Trabalho e educação
  - ✓ Movimento sindical: estrutura e dinâmica;
  - ✓ Metodologias participativas;
  - ✓ Formação profissional.

O NESTH desenvolve, experimenta e aprimora metodologias participativas de trabalho. Para a conquista da emancipação social e promoção da autogestão no mundo do trabalho, atua de forma colaborativa, na construção de metodologias capazes de captar as nuances de cada forma de trabalho. Pode-se dizer que o NESTH faz parte da universidade, mas se compromete a gerar conhecimento para além dela.

Esta prática participativa ,doNESTH, faz a junção das duas vertentes de atuação do núcleo: o Observatório do Trabalho, vertente dedicada a pesquisas acadêmicas voltadas ao mundo do trabalho e trabalhadores, que busca através da pesquisa, identificar condições de trabalho e dos direitos do trabalhador, além de promover a construção, junto com os mesmos, da



dignidade de sua atividade, o que depende do reconhecimento de direitos do trabalhador. Os projetos desenvolvidos nesta vertente buscam:

- Criar indicadores de certificação e monitoramento de cadeias produtivas que incluam a participação de trabalhadores em autogestão, destacando as relações de trabalho (organização, condições, saúde, produção de direitos e melhoria das condições sócio-econômico-culturais)
- Somar esforços e parcerias na identificação e combate aos casos de exploração de mão de obra precarizada e semiescrava (2005–Parceria com Observatório Social da CUT – Cadeia do Carvão Vegetal);
- Desenvolver metodologias com foco na produção coletiva do conhecimento, que facilitem a mobilização política no âmbito local. (Projeto Agenda 21 no setor mineral. MME/PNUD. 2007-09 e Diagnóstico Participativo Sócio-Econômico-Cultural das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. SEDESE-MG. 2007-08);
- Estabelecer mecanismos de colaboração e intercâmbio de tecnologias sociais através de parcerias internacionais, de que é exemplo o convênio com o *Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas de Habana/Cuba* e com o *Gruppo di ricerca Corresponding Society on Contemporary Compulsory Labour da Universidade de Pádua/Itália*.

O NESTH desde sua origem esteve vinculado a questões relacionadas a inclusão social, cidadania e trabalhador; suas ações voltadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social e a adoção de metodologia participativa indicam a tendência de convergência das ideias e princípios do núcleo com a economia solidária.

O primeiro contato do NESTH com a economia solidária foi em 1999, em seminários temáticos, bem como através da participação de seus pesquisadores no projeto “Significados e Tendências da Economia Solidária no Brasil”, coordenada por Paul Singer e Luis Inácio Gaiger. A partir daí, o NESTH começa a pensar na economia solidária como alternativa para inclusão no mercado de trabalho dos desempregados ou em situações precárias de trabalho, mas também como oportunidade para formação política do público envolvido.

Em 2003, logo após a criação da SENAES, o núcleo começa a desenvolver projetos de incubação em economia solidária. Atuando pelo

PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, até 2006. Mas foi somente a partir de 2010 que o NESTH concorreu aos Editais do PROEXT - Programa de Extensão Universitária, com ações realizadas a partir de 2011 em comunidades quilombolas para estímulo à economia solidária

Ao longo de 2011 e primeiros três meses de 2012, o NESTH e o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos – NEJA, ambos vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais, dedicaram-se à realização de um projeto da Secretaria de Educação Continuada e da Diversidade – SECAD/MEC, visando à sensibilização e capacitação de professores engajados na educação de jovens e adultos para a desafiante tarefa de produção de material didático destinado a introduzir a Economia Solidária como conteúdo nessa modalidade educacional.

Aceitando o desafio de coordenar o projeto, o NESTH contou com a adesão das Secretarias Municipais de Educação de Belo Horizonte, Betim e Contagem. Por meio delas, mais de cem professores da EJA foram mobilizados para ações diversas promovidas entre março de 2011 e março de 2012.

Ao planejar a execução da proposta da SECAD, a equipe coordenadora das atividades levou em conta as características da educação de jovens e adultos como modalidade especial dentro do sistema educacional brasileiro.

Considerou que a introdução da economia solidária como tema a ser apresentado aos alunos e alunas desta modalidade não poderia ser simplesmente mais um assunto abordado em sala de aula, inserido em conteúdos apresentados por diferentes professores e professoras.

Na equipe coordenadora prevaleceu a opinião de que a economia solidária deveria ser introduzida como tema de reflexão destinada a mostrar a jovens e adultos a possibilidade real de geração de trabalho e renda dentro de uma nova concepção de organização do trabalho e da comercialização de bens e serviços, contraposta às formas próprias da economia capitalista, dominantes no país.

Nessa perspectiva, não se perdeu de vista que a regulamentação da educação de jovens e adultos como modalidade especial de educação, não mais vista simplesmente como ensino supletivo. Instituiu um campo novo de formação de pessoas, dentro do qual passa a caber a inserção na dimensão

econômica da vida social a partir de projetos de formação integral. Assim sendo, a economia solidária não deveria ser introduzida no conjunto de conteúdos como mais um tópico numa lista de assuntos. Deveria ser apresentada como componente estruturante de nova opção de vida para jovens, que têm de construir seu lugar na sociedade de que fazem parte, e para adultos, que se dispõem a reconstruir o contexto pessoal, familiar e profissional em que já vivem.

Além disso, considerando-se a Economia Solidária foram implementados os seguintes programas:

- NESTH/UFMG foi responsável pela coordenação regional da pesquisa “Tendências da Economia Solidária no Brasil” (1998-2001), de âmbito nacional sob a coordenação do professor Paul Singer e, desde então, vem atuando em projetos relativos à economia solidária em Minas Gerais.
- Aprofundada a interlocução das ações em Economia Solidária do NESTH com o Departamento de Engenharia de Produção e o Programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito, (2002), que incluiu também a Faculdade de Ciências Econômicas, tendo como referência a execução conjunta do projeto do CENAFOCO - Centro Nacional de Formação Comunitária, desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social da prefeitura de Belo Horizonte e Escola Sindical Sete de Outubro.
- Foram então criadas as ações de apoio à economia solidária em curso na UFMG, com a criação da incubadora através do PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares da SENAES, em 2003. As pessoas que participaram do CENAFOCO foram a base da constituição de alguns dos grupos contemplados por este Programa.
- Um dos grupos participantes do PRONINC foi o das “Artesãs da Serra” na Vila Cafezal do Aglomerado do Serra, em Belo Horizonte (MG). A partir das experiências e das ações desenvolvidas com estas Artesãs o NESTH foi convidado a desenvolver, através, do Programa VILA VIVA, (A origem do Programa Vila Viva, cujas primeiras obras tiveram início em 2005 no Aglomerado da Serra, está diretamente

relacionada com o Plano Global Específico (PGE) de cada vila atendida. O plano é um estudo aprofundado da realidade das vilas e favelas de Belo Horizonte, com participação direta da comunidade. Este projeto é realizado em três etapas: levantamento de dados, elaboração de um diagnóstico integrado dos principais problemas da área em estudo e, por último, definição das prioridades locais e das ações necessárias para atendê-las) a formação de uma cooperativa de ES que mais tarde foi denominada: Cooperativa Arte do Ateliê da Serra, posteriormente recebeu da PBH, uma sede na Vila Fátima, neste mesmo aglomerado (NESTH, 2006/2009).

- A convite da SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, o NESTH, nos anos de 2007 a 2008, elaborou o diagnóstico Socioeconômico em 41 comunidades quilombolas do Estado. A partir da necessidade de formação e capacitação profissional, detectadas neste diagnóstico, a Superintendência de Política de Trabalho, Emprego e Renda, também vinculada à SEDESE, implementou o Projeto: Pesquisa e Implementação de Metodologia para Qualificação Profissional e Social de Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. Foi neste projeto que o NESTH verificou a necessidade de continuidade dessas formações e as incluiu nos Editais do PROEXT/MEC, que vai ser o tema do capítulo 2.7.1 , deste trabalho.

Ressalte-se, ainda, o repertório de experiência do NESTH em processos de qualificação profissional. Esta experiência culminou na coexecução regional do PNQ - Projeto Construção de um Modelo de Avaliação e Monitoramento do Plano Nacional de Qualificação (UNITRABALHO-MTE/2003 a 2006).

#### ***2.6.4 Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC***

O Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC) tem como objetivo apoiar e fomentar as incubadoras

universitárias e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que desenvolvem processos de incubação de EESs, oferecendo-lhes apoio, assessoria, qualificação e assistência técnica.

As incubadoras de ES têm suas raízes no movimento da Ação da Cidadania, quando em meio à extrema pobreza de camadas significativas, principalmente dos grandes centros urbanos brasileiros, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, conclamou todos a agirem “contra a fome e a miséria e pela vida”. A inserção das entidades públicas, nesta proposta originou em 1993, no Rio de Janeiro, ao Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida – COEP, com o objetivo de incentivar ações de combate à fome e de geração de trabalho e renda para estes segmentos da população.

Uma das iniciativas do COEP foi o apoio à constituição da Cooperativa de Manguinhos, junto à Fundação Oswaldo Cruz, desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), em 1995. A partir deste momento, ao lado das Incubadoras de Base Tecnológica, já familiar no meio acadêmico, começa a se formar a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Experiência que referenciou a atuação de outras universidades e originou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – Proninc, envolvendo a FINEP, a Fundação Banco do Brasil, o BB, o COEP e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ). (SENAES/MTE, 2012)

A partir de 1998, os incentivos do PRONINC resultaram no fortalecimento das ações de incubadoras em outras cinco universidades do país: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e Universidade de São Paulo (USP).

Com a criação da SENAES, o PRONINC foi retomado em 2003, criando novas condições mais propícias para o apoio às incubadoras e incentivo à criação de novas incubadoras de ES. Desde então o PRONINC conseguiu ampliar consideravelmente a quantidade de universidades participantes.

A primeira iniciativa foi a formando um Comitê Gestor para debater a experiência do programa e as propostas para sua continuidade. O Comitê Gestor foi composto pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Ministério da Saúde (MS), Ministério da

Educação (MEC), Ministério da Cultura (MINC), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Turismo (MTUR), Fundação Banco do Brasil (FBB), Banco do Brasil (BB), Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e Pela Vida (COEP), Fórum de Pró- Reitores de Extensão (FORPROEX), Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), UNITRABALHO e Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Em relação à institucionalização do PRONINC, ocorreram dois avanços significativos para a afirmação do Programa e seu reconhecimento no âmbito da ação governamental. Primeiro com a sua incorporação no PPA 2008-2011, com a Ação 4.850 do Programa 1.133, cuja finalidade é “apoiar a consolidação e ampliação das Incubadoras de Cooperativas Populares, fomentar a criação e o acompanhamento de cooperativas populares, produzir conhecimentos e formação para as cooperativas populares”. (SENAE/MTE, 2012)

O PRONINC avançou no apoio ao processo de incubação dos empreendimentos, na formação de futuros profissionais do campo da ES, no desenvolvimento de tecnologias sociais e no desenvolvimento do conhecimento além de no apoio às ações governamentais e aos movimentos sociais contribuindo para a consecução de seus objetivos, listados abaixo:

- Geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos EESs;
- Construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de EESs pós-incubação;
- Articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional;
- Desenvolvimento de novas metodologias de incubação de EESs articulados a processos de desenvolvimento local ou territorial;
- Formação de discentes universitários em ES; e
- Criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da ES nas instituições de ensino superior.

As incubadoras apoiadas no âmbito do PRONINC articulam as seguintes estratégias:

1. Ações de incubação de EESs e/ou de Redes de Cooperação formadas por estes EES, com atividades sistemáticas de formação e assessoria;
2. Valorizar o desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais compreendidas como produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social;
3. Proporcionar a articulação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão;
4. Ações de formação voltadas para o fortalecimento dos EES, além de ações formativas de docentes, técnicos e discentes em ES em disciplinas, cursos e estágios em ES;
5. Atividades de pesquisa relacionadas à sistematização de processos para construção de referenciais conceituais e metodológicos acerca de processos de incubação de EES;
6. Favorecer os processos organizativos da ES, no fortalecimento de fóruns e redes e com políticas públicas federais, estaduais e municipais de ES; e
7. Promover processos de desenvolvimento local ou territorial, compreendidos como processos endógenos e sustentáveis capazes de promover o dinamismo econômico, social, político e cultural, a preservação ambiental, a melhoria da qualidade devida e o empoderamento da população de determinado território/local/região.

O PRONINC é operacionalizado por meio de editais de chamada de projetos. A sistemática de editais objetiva direcionar a política pública para um grupo de beneficiários, definindo prioridades para a seleção de projetos, em termos de conteúdo e forma de atuação.

Além disso, a sistemática de editais tem a vantagem de democratizar o acesso ao Programa e dar transparência aos critérios de alocação dos recursos, permitindo igualdade de oportunidades e definição de mecanismos de acompanhamento.

Com exceção do período entre 2003 e 2004, quando o apoio financeiro se deu mediante convênios realizados pela FINEP, com recursos do MDS, os primeiros editais do PRONINC ocorreram com a chamada 2005-2006, a qual foi direcionada para a implantação de novas incubadoras, com recursos exclusivamente da FINEP. Já a chamada 2007-2008, foi desdobrada em duas Modalidades: “A”, voltada para implantação de novas incubadoras, e “B”, para fortalecimento e ampliação da incubação, e utilizou recursos da FINEP, MEC, MDS e FBB. Ainda em 2007/2008, houve edital de apoio do MTur, através da execução da FINEP, voltado para incubadoras que iriam trabalhar com a cadeia produtiva do turismo.

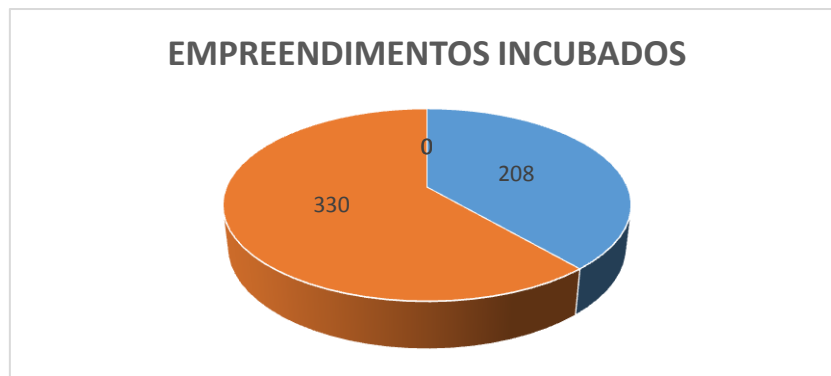
Em 2009, o Programa contou com apoio da FINEP, mediante edital conjunto PRONINC e Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI), com recursos dos Fundos Setoriais, administrados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Esse apoio foi para a Modalidade C, voltado para construção de redes de incubadoras e empreendimentos. Ainda em 2009, o Ministério da Educação (MEC) lançou edital do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), que incluiu linha específica de apoio para trabalho, emprego e incubação de empreendimentos econômicos solidários.

Em 2010, o Programa contou com dois apoios, mediante editais, sendo um do MEC-PROEXT e o outro da própria SENAES - este último voltado para incubadoras com pelo menos dois anos de funcionamento e com objetivos múltiplos: incubação de empreendimentos e/ou redes de cooperação; formação de docentes, técnicos e discentes; articulação de políticas públicas de fomento à Economia Solidária e iniciativas de desenvolvimento local; sistematização de metodologias de incubação; e criação de disciplinas, cursos e estágios em Economia Solidária. (SENAES/TEM, 2012)

Ainda em 2010 havia uma lista no Edital de 65 incubadoras apoiadas pelo PRONINC. E, em um estudo realizado pelo próprio PRONINC foram visitadas 54 incubadoras que incubam 537 empreendimentos, sendo 38,5% no meio rural e 61,5% no meio urbano, conforme GRAF. 5



Gráfico 5 – Empreendimentos incubados



FONTE: SENAES/TEM, 2012

## 2.7 O papel da extensão universitária no Brasil

As iniciativas oriundas das atuais políticas universitárias de extensão se fundam sobre uma concepção ampliada da responsabilidade social da universidade, que, por sua vez, baseia-se em uma intervenção reformista nos problemas sociais, assim como sobre a valorização das lutas das classes populares para a construção de uma sociedade mais justa.

Segundo Ana Dubeux (2007) as eleições diretas para reitor das universidades brasileiras, em meados dos anos 80 provocaram importantes mudanças políticas no interior das universidades, e, tais mudanças trouxeram duas consequências. A primeira foi a reação em cadeia que se estabeleceu entre professores e estudantes, que tinham se enfraquecido durante os anos iniciais da ditadura, com a luta pela redemocratização retomam seu processo organizativo. A segunda reação diz respeito ao engajamento dos dirigentes eleitos, que, de certa forma, ultrapassam os muros das universidades, colocando a mesma a serviço da sociedade.

A partir do Fórum Nacional de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras ficou demonstrado a complexidade da nova configuração que assumem as atividades de extensão das universidades. O progresso mais significativo foi desde o primeiro fórum o fato de redefinir a concepção de extensão que parece se irradiar no interior das universidades participantes.

Dessa forma, segundo o Fórum Nacional de Pró-reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1990, p. 14) a extensão ficou definida como:

O processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que torna viável a relação transformadora entre universidade e sociedade. (...) A extensão é não apenas a principal ferramenta deste processo dialético entre teoria e prática, mas é também um trabalho interdisciplinar que favorece uma visão integrada do social no interior da universidade.

A nova concepção de extensão parece influenciar também de maneira direta a criação das ITCPs. O processo de incubação articula a afirmação da cidadania, na chave das mudanças qualitativas nas formas de organização do trabalho, de modo a superar as estratégias econômicas de sobrevivência e a posição marginal das classes proletarizadas. O enfoque que se abre é o da superação da posição dos grupos populares como reserva da força de trabalho na situação degradante em que se encontram amplos segmentos da população brasileira.

A cooperativa popular vira, pela ação das ITCPs uma célula básica da democracia dos produtores/cidadãos, como uma dimensão jurídica e institucional das transformações que marcam a virada da função do antivalor, como criação e distribuição do excedente social.

A reciprocidade, a solidariedade e a igualdade saem do terreno da abstrato para o terreno da luta. Saem do terreno da sociedade alienada e se inscreve no quadro de criação legal e legítima dos direitos de organização.

### **2.7.1 Programa de Extensão Universitária (PROEXT)**

O Programa de Extensão Universitária (PROEXT) é uma política de incentivo e fomento à Extensão Universitária criada numa parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Cultura (MinC).

O PROEXT criado pela Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, no ano de 2003, abrange programas e projetos de extensão universitária com ênfase na inclusão social, visando aprofundar uma política que venha a fortalecer a institucionalização das atividades de extensão nas instituições públicas de ensino superior.

Da formação de uma câmara interministerial entre MinC e MEC em 2006, nasceu essa proposta como uma política pública de ação conjunta entre as pastas. Essa política escolhe através de edital público projetos a serem financiados em âmbito nacional na forma de Extensão Universitária na área cultural. Para garantir a abrangência e a universalidade do programa o edital contempla projetos que tenham necessariamente a participação de estudantes universitários. É também inovador na medida em que garante a participação de agentes externos à universidade, sendo este, um fator decisivo na escolha dos projetos a serem financiados.

Dessa forma, é possível aprimorar o conhecimento produzido na universidade fazendo com que se vivencie as problemáticas práticas de uso desse conhecimento. Assim, o PROEXT afirma e garante a Extensão como parte integrante do Tripé Universitário composto por Ensino, Pesquisa e Extensão.

O objetivo geral do PROEXT- SESu/MEC é apoiar as Instituições Públicas de Ensino Superior no desenvolvimento de programas e/ou projetos de extensão que contribuam para a implementação e para o impacto de políticas, potencializando e ampliando patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão da universidade pública.

Os temas contemplados nos editais do PROEXT são:

- Formação de professores para o sistema educacional;
- Atenção integral à família;
- Combate à fome;
- Erradicação do trabalho infantil;
- Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Juventude e desenvolvimento social;
- Geração de trabalho e renda em economia solidária;
- Promoção e/ou prevenção à saúde;
- Violência urbana;
- Direitos humanos;
- Educação de jovens e adultos;

- Atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas;
- Atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado;
- Educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário;
- Inclusão étnica;
- Apoio à organização e desenvolvimento comunitário;
- Inclusão social dos usuários de drogas;
- Inclusão digital;
- Apoio às atividades de escolas públicas;
- Ensino de ciências;
- Educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento.

## CONCLUSÃO

Conforme se pode demonstrar no decorrer deste trabalho uma das tendências para que a economia solidária se fortaleça é a necessidade da articulação entre os empreendimentos solidários.

A grande tarefa do desenvolvimento solidário é oferecer aos excluídos dos benefícios do desenvolvimento em sua forma capitalista, oportunidades de participar da produção social e da gratificação correspondente, em sua forma solidária. O desenvolvimento solidário disponibiliza desta maneira aos desempregados, camponeses sem terra, trabalhadores informais entre outros, forças produtivas para que possam se inserir à produção social em condições de igualdade de oportunidade com os detentores do capital.

A economia solidária propõe uma forma diferente de trabalho, relações e gestão do empreendimento, pautadas em princípios de autogestão, propriedade coletiva dos meios de produção, solidariedade etc., diferentemente da forma predominante de empreendimentos encontrados no sistema capitalista, que têm por objetivo principal gerar lucros ao seu proprietário. Contudo, embora funcionem de forma diferente, empreendimentos de economia solidária estão inseridos num sistema em que predominam empreendimentos privados, em que geralmente ocorrem práticas de competição que estão longe de serem solidárias. Além disso, necessitam gerar excedente para que possam acumular capital e investir em aumento de produtividade.

A economia solidária tem se disseminado cada vez mais como uma possibilidade de sobrevivência das camadas da população excluídas do mercado formal de trabalho. Manifesta-se sob diferentes formas organizativas, construídas sobre princípios gerais que fundamentam a prática da autogestão, caracterizada por tomadas de decisão mais democráticas, relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos e pela horizontalidade nas relações sociais em geral.

Mais do que uma opção ideológica relacionada à cooperação entre esses atores, a economia solidária é um fenômeno que só poderá resultar da ação de muitas, pessoas, grupos e organizações, articuladas na mesma

direção, ainda que as práticas de cada um deles apresentem especificidades e sejam mantidas por consequências específicas. Deve existir, portanto, o reconhecimento de que a economia solidária é e será um produto daquilo que indivíduos e organizações forem capazes de produzir, por meio de sua interação com o contexto mais próximo e mais abrangente.

Independente da falta de consenso sobre o tema na literatura, o fato é que a EcoSol vem se consolidando cada vez mais nos últimos anos, seja enquanto objeto de pesquisa nas diversas áreas acadêmicas, ou como tema de programas e projetos governamentais.

As Políticas públicas de apoio à economia solidária já existentes são uma conquista do movimento social da economia solidária, que é a outra face do fenômeno econômico, no âmbito de uma reivindicação por direitos. Formular e manter políticas públicas para a EcoSol significa uma abertura política para um projeto de economia nacional voltado para a integração social.

Refletir sobre o papel da universidade em movimentos de economia solidária, notadamente, relacionado à sua contribuição ao processo socioeducativo dos indivíduos e grupos neles envolvidos, necessita da análise das características desse processo educativo. Tal reflexão deve considerar, como ponto de partida, que o processo socioeducativo seja capaz de trazer à consciência dos indivíduos os valores culturais dominantes. Os indivíduos devem ser estimulados a entender tais valores como frutos de uma história nacional e a questioná-los. O processo estimula as pessoas a se posicionarem com uma postura mais crítica e que se sobreponha à realidade histórica, criando novas realidades.

No movimento solidário, de ajuda mútua e cooperação, há um processo pedagógico individual. Esse processo possibilita a cada pessoa perceber a sua força pessoal e também que em conjunto com as outras pessoas essa força é potencializada é possível concluir que a identidade de grupo e o empoderamento enquanto grupo são condições fundamentais para a consciência e exercício da cidadania, necessária para que haja transformação social. Assim, a Universidade deve focar sua ação para acelerar a construção de tal identidade e estimular a autoimagem de sua força enquanto grupo social.

Observa-se que as pessoas não sabem que podem mudar o rumo de suas vidas, principalmente, por meio da participação em espaços públicos para

discutir, propor, criar projetos que tornem a vida de toda a comunidade melhor. O processo de aprendizagem individual sustenta-se sobre a oportunidade de vivenciar uma nova situação, a de participar, como cidadão, no espaço possibilitado pela Economia Solidária.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e Mundialização do Capital. A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. 2º Ed. Praxis: Londrina, 1999.

ANTUNES, R. L. C. Adeus ao Trabalho? :Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7a. ed. ampl. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000

BENINI, E. A. Sistema orgânico do trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de economia solidária. In: BENINI, E. A.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R.(Org.) Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v.1, p. 71 – 90

BENINI, Edi. A práxis do trabalho associado: da economia solidária para a perspectiva da solidariedade orgânica e autogestão societal. In: ORG & DEMO, Marília, v. 13, n. 2, p. 9-20, Jul./Dez., 2012. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/2659/2086>

BERNARDIM, Márcio L. Educação do trabalhador: da escolaridade tardia à educação necessária. Guarapuava: Unicentro, 2007

BERTUCCI, JONAS DE Oliveira. A produção de sentido e a construção social da economia solidária. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília, 2010

BONFIGLIO, Maria Carmela; DOWLING, Juan (2000). Flexibilidade das relações de trabalho e precarização uma análise comparativa. Apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS GT 20 Trabalho e Sociedade, Sessão: A nova configuração do trabalho, 2000.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. XXIX Encontro Anual da ANPOCS GT19 - Políticas Públicas. Universidade Estadual Paulista (UNESP) Agosto de 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1995.

DUBEUX, Ana. O papel das universidades na construção da economia solidária no Brasil. Revista trimestral de debate da fase. Jan/mar-2007. Ano 31. Nº 111

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A economia popular e solidária no Brasil, In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P.



(Orgs.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*, Porto Alegre/Salvador: Edufrgs-Edufba, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005

GAIGER, Luiz (ORG.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, editora da UFRGS. 2004.

GAIGER, Luiz Inácio et al. *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*. Cadernos CEDOPE, n. 15, 1999. (Série Movimentos Sociais e Cultura).

GAIGER, Luiz Inácio Germany. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. In: CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=171>. Acesso em:

GAIGER, Luiz Inácio Germany. *A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes*. Rev. katálysis [online]. vol.11, n.1, pp. 11-19. 2008

GAIGER, Luiz Inácio. *Empreendimentos econômicos solidários*. In: CATTANI, Antônio (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003a. p. 135-143.

GENNARI, Adilson Marques. *Globalização, estado, neoliberalismo e desigualdade social no brasil*. In: *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária / Édi Benini... [et al] (organizadores)*. --1.ed.-- São Paulo: Outras Expressões, 2011.

Hobsbawm, Eric. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Carlos Roberto. (2001). *Desemprego e Cultura: Uma Leitura da Desconstrução da Cidadania do Trabalhador*. In: *Globalização Trabalho e Desemprego um enfoque internacional*. Editora C/Arte. Belo Horizonte 2001

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *O Conselho Nacional de Economia Solidária na visão de seus conselheiros. Relatório de Pesquisa*. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: [http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120719\\_relatorio\\_economia\\_solidaria.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120719_relatorio_economia_solidaria.pdf)

KINGDON, John. (2005) [1984]. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3a. Ed. New York: Harper Collins.

LARA, Ricardo; LUPATINI, Márcio; TRISTÃO, Ellen Lucy. *O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p.65-91, mai.2009.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. *Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?* Civitas – Revista de Ciências Sociais. Ano 2, nº1, junho

2002. Disponível em:  
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/91/1673>

LEITE, Márcia de Paula. A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/gptrabalho/node/4>

LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. Rev. bras. Ci. Soc. vol.24 no.69 São Paulo Feb. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092009000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100003). Acesso em:

MANDEL, E. *Além da Perestroika*. São Paulo: Busca Vida, 1990.

MATTOSO, Jorge Eduardo. O Novo e Inseguro Mundo do Trabalho nos Países Avançados. In: O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século. São Paulo: Página Aberta, 1994.

NAGEM, Fernanda Abreu; JESUS, Sebastiana Almire de. v plenária nacional de economia solidária: trajetória e construção da economia solidária no brasil. In: Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego.- Brasília: Ipea: MTE, Fevereiro de 2013. Disponível em: [www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt54\\_completo1.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt54_completo1.pdf)

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. A inserção da economia solidária na agenda da política pública federal de geração de trabalho e renda. In: Encontro Internacional de Economia Solidária, 7, 2011. São Paulo. [Anais ...], São Paulo: USP, NESOL, 2011.

NOVAES, Henrique T. A alienação em cooperativas e associações de trabalhadores: uma introdução. 2011.

POCHMANN, Marcio. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 637-649, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/04.pdf>. Acesso em:

SCHIOCHET, Valmor. Economia solidária no plano brasil sem miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. 2009.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais: uma análise do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília: Ipea, (Texto para Discussão, n. 1.682), 2011.

SINGER, P. Introdução a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, Paul. COOPERATIVAS DE TRABALHO. Disponível em: [acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0E08615A4/COOPERATIVAS DE TRABALHO.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0E08615A4/COOPERATIVAS_DE_TRABALHO.pdf) 2015

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estud. av. vol.18 no.51 São Paulo May/Aug. 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001). Acesso em:

WALLERSTEIN, Immanuel. The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy itz the 16th. Century. New York, Academic Press, 1974, v. 1. In: José Jobson de Andrade Arruda. Departamento de História — FFLCH/USP. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/61800/64663>. Acesso outubro de 2015.